

C E E J A



MUNDO DO
TRABALHO

HISTÓRIA

CADERNO DO ESTUDANTE

ENSINO FUNDAMENTAL
ANOS FINAIS
VOLUME 4



Nos Cadernos do Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Mundo do Trabalho/CEEJA são indicados sites para o aprofundamento de conhecimentos, como fonte de consulta dos conteúdos apresentados e como referências bibliográficas. Todos esses endereços eletrônicos foram verificados. No entanto, como a internet é um meio dinâmico e sujeito a mudanças, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação não garante que os sites indicados permaneçam acessíveis ou inalterados após a data de consulta impressa neste material.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação autoriza a reprodução do conteúdo do material de sua titularidade pelas demais secretarias do País, desde que mantida a integridade da obra e dos créditos, ressaltando que direitos autorais protegidos* deverão ser diretamente negociados com seus próprios titulares, sob pena de infração aos artigos da Lei nº 9.610/98.

* Constituem “direitos autorais protegidos” todas e quaisquer obras de terceiros reproduzidas neste material que não estejam em domínio público nos termos do artigo 41 da Lei de Direitos Autorais.

História : caderno do estudante. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI) : Secretaria da Educação (SEE), 2014.
il. - - (Educação de Jovens e Adultos (EJA) : Mundo do Trabalho modalidade semipresencial, v. 4)

Conteúdo: v. 4. 9º ano do Ensino Fundamental Anos Finais.
ISBN: 978-85-8312-036-0 (Impresso)
978-85-8312-071-1 (Digital)

1. História – Estudo e ensino. 2. Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Ensino Fundamental Anos Finais. 3. Modalidade Semipresencial. I. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. II. Secretaria da Educação. III. Título.

CDD: 372.5

FICHA CATALOGRÁFICA

Tatiane Silva Massucato Arias – CRB-8 / 7262





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Geraldo Alckmin

Governador

**Secretaria de Desenvolvimento Econômico,
Ciência, Tecnologia e Inovação**

Nelson Luiz Baeta Neves Filho

Secretário em exercício

Maria Cristina Lopes Victorino

Chefe de Gabinete

Ernesto Mascellani Neto

*Coordenador de Ensino Técnico,
Tecnológico e Profissionalizante*

Secretaria da Educação

Herman Voorwald

Secretário

Cleide Bauab Eid Bochixio

Secretária-Adjunta

Fernando Padula Novaes

Chefe de Gabinete

Maria Elizabete da Costa

Coordenadora de Gestão da Educação Básica

Mertila Larcher de Moraes

Diretora do Centro de Educação de Jovens e Adultos

Adriana Aparecida de Oliveira

Adriana dos Santos Cunha

Luiz Carlos Tozetto

Virgínia Nunes de Oliveira Mendes

Técnicos do Centro de Educação de Jovens e Adultos

Concepção do Programa e elaboração de conteúdos

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Coordenação Geral do Projeto
Ernesto Mascellani Neto

Equipe Técnica
Cibele Rodrigues Silva, João Mota Jr. e Raphael Lebsa do Prado

Fundação do Desenvolvimento Administrativo – Fundap

Wanderley Messias da Costa
Diretor Executivo

Maria Etelvina R. Balan, Maria Helena de Castro Lima, Paula Marcia Ciacco da Silva Dias, Rodnei Pereira, Selma Venco e Walkiria Rigolon

Márgara Raquel Cunha
Diretora de Políticas Sociais

Autores

Arte: Carolina Martins, Eloise Guazzelli, Emily Hozokawa Dias, Gisa Picosque e Lais Schalch; *Ciências:* Gustavo Isaac Killner, Maria Helena de Castro Lima e Rodnei Pereira; *Geografia:* Cláudia Beatriz de Castro N. Ometto, Clodoaldo Gomes Alencar Jr., Edinilson Quintiliano dos Santos, Liliane Bordignon de Souza e Mait Bertollo; *História:* Ana Paula Alves de Lavos, Fábio Luis Barbosa dos Santos e Fernando Manzieri Heder; *Inglês:* Clélia La Laina e Eduardo Portela; *Língua Portuguesa:* Claudio Bazzoni, Giulia Mendonça e Walkiria Rigolon; *Matemática:* Antonio José Lopes, Marcos Luis Gomes, Maria Etelvina R. Balan e Paula Marcia Ciacco da Silva Dias; *Trabalho:* Maria Helena de Castro Lima e Selma Venco (material adaptado e inserido nas demais disciplinas)

Coordenação Executiva do Projeto
José Lucas Cordeiro

Coordenação Técnica
Impressos: **Dilma Fabri Marão Pichoneri**
Vídeos: **Cristiane Ballerini**

Equipe Técnica e Pedagógica
Ana Paula Alves de Lavos, Cláudia Beatriz de Castro N. Ometto, Clélia La Laina, Elen Cristina S. K. Vaz Döppenschmitt, Emily Hozokawa Dias, Fernando Manzieri Heder, Herbert Rodrigues, Laís Schalch, Liliane Bordignon de Souza, Marcos Luis Gomes,

Gestão do processo de produção editorial

Fundação Carlos Alberto Vanzolini

Mauro de Mesquita Spínola
Presidente da Diretoria Executiva

Equipe de Produção

Assessoria pedagógica: Ghisleine Trigo Silveira

José Joaquim do Amaral Ferreira
Vice-Presidente da Diretoria Executiva

Editorial: Carolina Grego Donadio e Paulo Mendes

Gestão de Tecnologias em Educação

Equipe Editorial: Adriana Ayami Takimoto, Airton Dantas de Araújo, Amanda Bonuccelli Voivodic, Ana Paula Santana Bezerra, Bárbara Odria Vieira, Bruno Pontes Barrio, Camila De Pieri Fernandes, Cláudia Letícia Vendrame Santos, David dos Santos Silva, Jean Kleber Silva, Lucas Puntel Carrasco, Mainã Greeb Vicente, Mariana Padoan de Sá Godinho, Patrícia Pinheiro de Sant'Ana, Tatiana Pavanelli Valsi e Thaís Nori Cornetta

Direção da Área
Guilherme Ary Plonski

Coordenação Executiva do Projeto
Angela Sprenger e Beatriz Scavazza

Direitos autorais e iconografia: Aparecido Francisco, Camila Terra Hama, Fernanda Catalão Ramos, Mayara Ribeiro de Souza, Priscila Garofalo, Rita De Luca, Sandro Dominiquini Carrasco
Apoio à produção: Bia Ferraz, Maria Regina Xavier de Brito e Valéria Aranha

Gestão do Portal
Luis Marcio Barbosa, Luiz Carlos Gonçalves, Sonia Akimoto e Wilder Rogério de Oliveira

Gestão de Comunicação
Ane do Valle

Projeto gráfico-editorial e diagramação: R2 Editorial, Michelangelo Russo e Casa de Ideias

Gestão Editorial
Denise Blanes

CTP, Impressão e Acabamento
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Caro(a) estudante

É com grande satisfação que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, apresenta os Cadernos do Estudante do Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Mundo do Trabalho para os Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJAs). A proposta é oferecer um material pedagógico de fácil compreensão, que favoreça seu retorno aos estudos.

Sabemos quanto é difícil para quem trabalha ou procura um emprego se dedicar aos estudos, principalmente quando se parou de estudar há algum tempo.

O Programa nasceu da constatação de que os estudantes jovens e adultos têm experiências pessoais que devem ser consideradas no processo de aprendizagem. Trata-se de um conjunto de experiências, conhecimentos e convicções que se formou ao longo da vida. Dessa forma, procuramos respeitar a trajetória daqueles que apostaram na educação como o caminho para a conquista de um futuro melhor.

Nos Cadernos e vídeos que fazem parte do seu material de estudo, você perceberá a nossa preocupação em estabelecer um diálogo com o mundo do trabalho e respeitar as especificidades da modalidade de ensino semipresencial praticada nos CEEJAs.

Esperamos que você conclua o Ensino Fundamental e, posteriormente, continue estudando e buscando conhecimentos importantes para seu desenvolvimento e sua participação na sociedade. Afinal, o conhecimento é o bem mais valioso que adquirimos na vida e o único que se acumula por toda a nossa existência.

Bons estudos!

Secretaria da Educação

Secretaria de Desenvolvimento
Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

APRESENTAÇÃO

Estudar na idade adulta sempre demanda maior esforço, dado o acúmulo de responsabilidades (trabalho, família, atividades domésticas etc.), e a necessidade de estar diariamente em uma escola é, muitas vezes, um obstáculo para a retomada dos estudos, sobretudo devido à dificuldade de se conciliar estudo e trabalho. Nesse contexto, os Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJAs) têm se constituído em uma alternativa para garantir o direito à educação aos que não conseguem frequentar regularmente a escola, tendo, assim, a opção de realizar um curso com presença flexível.

Para apoiar estudantes como você ao longo de seu percurso escolar, o Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Mundo do Trabalho produziu materiais especificamente para os CEEJAs. Eles foram elaborados para atender a uma justa e antiga reivindicação de estudantes, professores e sociedade em geral: poder contar com materiais de apoio específicos para os estudos desse segmento.

Esses materiais são seus e, assim, você poderá estudar nos momentos mais adequados – conforme os horários que dispõe –, compartilhá-los com sua família, amigos etc. e guardá-los, para sempre estarem à mão no caso de futuras consultas.

Os Cadernos do Estudante apresentam textos que abordam e discutem os conteúdos propostos para cada disciplina e também atividades cujas respostas você poderá registrar no próprio material. Nesses Cadernos, você ainda terá espaço para registrar suas dúvidas, para que possa discuti-las com o professor sempre que for ao CEEJA.

Os vídeos que acompanham os Cadernos do Estudante, por sua vez, explicam, exemplificam e ampliam alguns dos assuntos tratados nos Cadernos, oferecendo informações que vão ajudá-lo a compreender melhor os conteúdos. São, portanto, um importante recurso com o qual você poderá contar em seus estudos.

Além desses materiais, o Programa EJA – Mundo do Trabalho tem um site exclusivo, que você poderá visitar sempre que desejar: <<http://www.ejamundodotrabalho.sp.gov.br>>. Nele, além de informações sobre o Programa, você acessa os Cadernos do Estudante e os vídeos de todas as disciplinas, ao clicar na aba **Conteúdo CEEJA**. Lá também estão disponíveis os vídeos de Trabalho, que abordam temas bastante significativos para jovens e adultos como você. Para encontrá-los, basta clicar na aba **Conteúdo EJA**.

Os materiais foram produzidos com a intenção de estabelecer um diálogo com você, visando facilitar seus momentos de estudo e de aprendizagem. Espera-se que, com esse estudo, você esteja pronto para realizar as provas no CEEJA e se sinta cada vez mais motivado a prosseguir sua trajetória escolar.

TENHO DÚVIDAS JÁ ESTUDEI **Unidade 1 – Da colônia à independência..... 9**

Tema 1 – As Grandes Navegações e a colonização do Novo Mundo9

Tema 2 – A colonização da América e o antigo sistema colonial19

Tema 3 – A América portuguesa.....25

Tema 4 – A independência nas Américas.....31

Unidade 2 – Do Império à República40

Tema 1 – O cenário político do Brasil Império.....40

Tema 2 – O cenário econômico do Brasil Império.....49

Tema 3 – O desenvolvimento do capitalismo no Brasil durante a
Primeira República (1889-1930)..... 58**Unidade 3 – Da Primeira República a Getúlio Vargas.....67**

Tema 1 – O capitalismo no Brasil68

Tema 2 – A Primeira República ou República Velha (1889-1930)75

Tema 3 – A Era Vargas80

Tema 4 – O retorno de Getúlio ao poder.....91

Unidade 4 – De Juscelino Kubitschek (JK) à ditadura.....95

Tema 1 – O dilema da formação nacional95

Tema 2 – De Juscelino Kubitschek (JK) a João Goulart (Jango).....102

Tema 3 – A ditadura militar no Brasil (1964-1985).....113

Caro(a) estudante,

O Volume 4 é dedicado ao estudo da História do Brasil em seus diferentes momentos: da colonização portuguesa à independência; do período monárquico ao republicano; e da ditadura ao começo da redemocratização. Para melhor compreender a História nacional, é preciso relacioná-la à mundial.

Na Unidade 1, você verá que a colonização do Brasil, iniciada no século XVI, está ligada à transição do feudalismo para o capitalismo. Estudará, também, que ela foi marcada por três características fundamentais: a escravidão; o latifúndio e a consequente concentração fundiária; e a subordinação da colônia em relação à sua metrópole (Portugal). Essas características levaram à formação de uma sociedade desigual.

Já na Unidade 2, estudará como a independência do Brasil, em 1822, e a posterior abolição da escravatura, já no final do século XIX, estão relacionadas à Revolução Industrial e à consolidação do capitalismo. Verá que a formação do Brasil como nação independente não alterou o sentido da colonização, marcada pela dependência externa e pela desigualdade social. Na realidade, o Brasil tornou-se um país em que a riqueza e o trabalho estavam a serviço dos negócios internacionais e não das necessidades da maioria da população.

A Unidade 3 tratará de como a industrialização brasileira e a formação da classe operária no País estão vinculadas à expansão do capitalismo a partir do final do século XIX.

Por fim, na Unidade 4, você verá como a ditadura no Brasil (1964-1985) está relacionada à Guerra Fria e às revoluções que fervilhavam na Ásia, na África e no restante da América Latina.

A abordagem da História nacional também será norteadada por dois eixos, que servem como referência a todo este Volume: relações de trabalho e soberania. Você refletirá sobre a situação dos trabalhadores e a situação do Brasil em relação à política externa.

Ao longo deste Caderno, você vai perceber que o mais importante no estudo da História não é memorizar os eventos ocorridos, mas sim, interpretar os acontecimentos, estabelecer relações mais amplas e, desse modo, construir uma visão mais crítica sobre a vida nacional e mundial.

Bons estudos!

TEMAS

1. As Grandes Navegações e a colonização do Novo Mundo
2. A colonização da América e o antigo sistema colonial
3. A América portuguesa
4. A independência nas Américas

Introdução

Esta Unidade aborda o processo de colonização do território brasileiro pelos portugueses a partir de 1500. Inicialmente, você vai estudar a relação entre as Grandes Navegações europeias e a colonização das Américas. A proposta é que você compreenda a colonização desse continente no contexto de transição do feudalismo para o capitalismo que ocorria na Europa.

Na sequência, conhecerá as características fundamentais da sociedade que se formou no Brasil entre o século XVI e o início do século XIX. Verá também como a independência do País estava articulada à crise do próprio sistema colonial.

Por fim, analisará a relação entre a **emancipação** brasileira – no contexto das guerras de independência na América Latina – e o processo de consolidação do capitalismo no século XVIII, tratado nos Volumes 2 e 3, que podem ser consultados por você.



Emancipação

Ato ou efeito de tornar-se independente. No caso, o Brasil tornou-se independente politicamente de Portugal em 7 de setembro de 1822.

As Grandes Navegações e a colonização do Novo Mundo

TEMA 1

Neste Tema, você vai estudar as Grandes Navegações e o início da colonização europeia do continente americano, suas principais motivações e características.



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Na transição do feudalismo para o sistema capitalista na Europa (assunto abordado no Volume 1), as sociedades europeias passaram a se organizar em torno da propriedade privada e da obtenção de lucro, decorrente da venda das mercadorias. Com isso, surgiu a necessidade dessas nações de buscar novas terras e expandir seus mercados produtor e consumidor. Foi nesse contexto que se deu a conquista portuguesa sobre o território que hoje é o Brasil e sua posterior colonização.



O que você já sabe sobre o “descobrimento” do Brasil? Quais histórias você já ouviu a respeito desse fato histórico?

ATENÇÃO!

Foi usada a palavra “descobrimento” entre aspas, pois, quando os europeus chegaram ao Brasil, milhares de indígenas já viviam aqui há muito tempo. Portanto, de fato, o Brasil não foi descoberto, mas conquistado pelos portugueses.



As Grandes Navegações e a busca por especiarias

A formação do capitalismo na Europa nos séculos XV e XVI impulsionou os países europeus, em primeiro lugar Portugal e Espanha, a procurarem terras fora da Europa para expandirem suas atividades comerciais. Eles pretendiam encontrar áreas produtoras de matérias-primas e de produtos agrícolas, e que também fossem consumidoras dos produtos europeus. Esse movimento em busca de territórios para além da Europa se deu por meio das Grandes Navegações ou Expansão Marítima.

As Expedições Marítimas, apoiadas pelos Estados europeus que, então, se fortaleciam, tinham os seguintes objetivos:

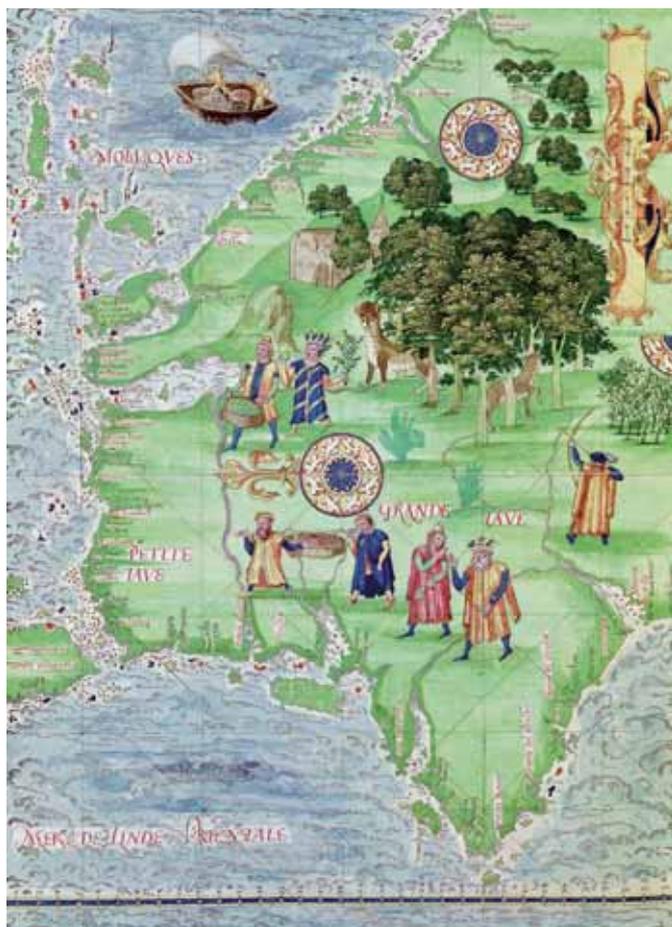
- abrir novas possibilidades de negócios, de forma a expandir o comércio para além das fronteiras;
- conquistar e ampliar territórios, o que era considerado um fator de fortalecimento do Estado;
- encontrar ouro e prata para acumular riqueza;
- expandir a fé cristã, o que aumentava os poderes da Igreja Católica.



Essa busca dos países europeus por territórios começou quando eles tentaram encontrar uma rota alternativa para um território já conhecido: o Oriente (principalmente para a Índia e a China). Essa região era muito importante para o comércio na época, já que de lá vinham produtos que eram vendidos a bons preços na Europa, como as **especiarias**. No entanto, os europeus tinham um obstáculo: o caminho conhecido para chegar ao Oriente era através do Mar Mediterrâneo, que estava, desde a conquista da cidade de Constantinopla, em 1453, sob domínio dos turco-otomanos (povos islâmicos e inimigos dos cristãos europeus). Isso dificultava o acesso dos europeus ao Oriente e causava prejuízos para seu comércio. Por esse motivo, procuravam uma rota alternativa até esse continente, sendo esse o objetivo inicial dessas expedições. Só que, nessa busca, os europeus também não descartavam a oportunidade de encontrar novos territórios em suas expedições, ampliando, assim, as oportunidades de negócios e de enriquecimento. E foi isso que aconteceu. No final do século XV, os europeus chegaram ao continente americano.

Especiaria

Nome genérico dado a plantas aromáticas e condimentares, utilizadas para fins culinários e medicinais. Pimenta, noz-moscada, cravo, gengibre e canela são exemplos de especiarias.



Mapa das Ilhas Molucas, que fazem parte da Indonésia, tal como os exploradores europeus imaginavam o comércio de especiarias no continente asiático no século XVI.

A motivação para o negócio das especiarias, como a de qualquer comércio, era acumular riqueza. De acordo com os princípios do **mercantilismo** que prevaleciam nessa época, a riqueza se dava principalmente por meio da obtenção e da acumulação de ouro e prata. Portanto, descobrir minas desses metais preciosos tornou-se uma obsessão das **Coroas** e dos exploradores europeus.

Portugal e Espanha, por terem centralizado, antes das outras regiões da Europa, o poder político e administrativo na forma de monarquias absolutas, tiveram condições de sair na frente nas Grandes Navegações de exploração.

Como parte desse movimento de expansão por meio dos mares, ocorreu a conquista e colonização de todo o continente americano, inclusive do que viria a ser o território brasileiro.

Entre as inúmeras Expedições Marítimas que partiram da Europa, duas marcaram a História da ocupação da América pelas metrópoles espanhola e portuguesa. A primeira foi realizada pelo navegador genovês Cristóvão Colombo, que, representando a Coroa espanhola, chegou, em 1492, ao território que ficaria conhecido como América. A segunda foi realizada pelo navegador Pedro Álvares Cabral que, representando a Coroa portuguesa, desembarcou na costa da Bahia – atual cidade de Porto Seguro – em abril de 1500.

Veja, no mapa da próxima página, as principais rotas das Grandes Expedições Marítimas dos portugueses e dos espanhóis pelo mundo, entre os séculos XV e XVI.

Observe as cores das linhas que estão no mapa e veja as rotas que estão indicadas na legenda. Cada linha traçada no mapa corresponde a uma rota específica e a legenda o ajudará na identificação de cada uma delas.



Glossário

Mercantilismo

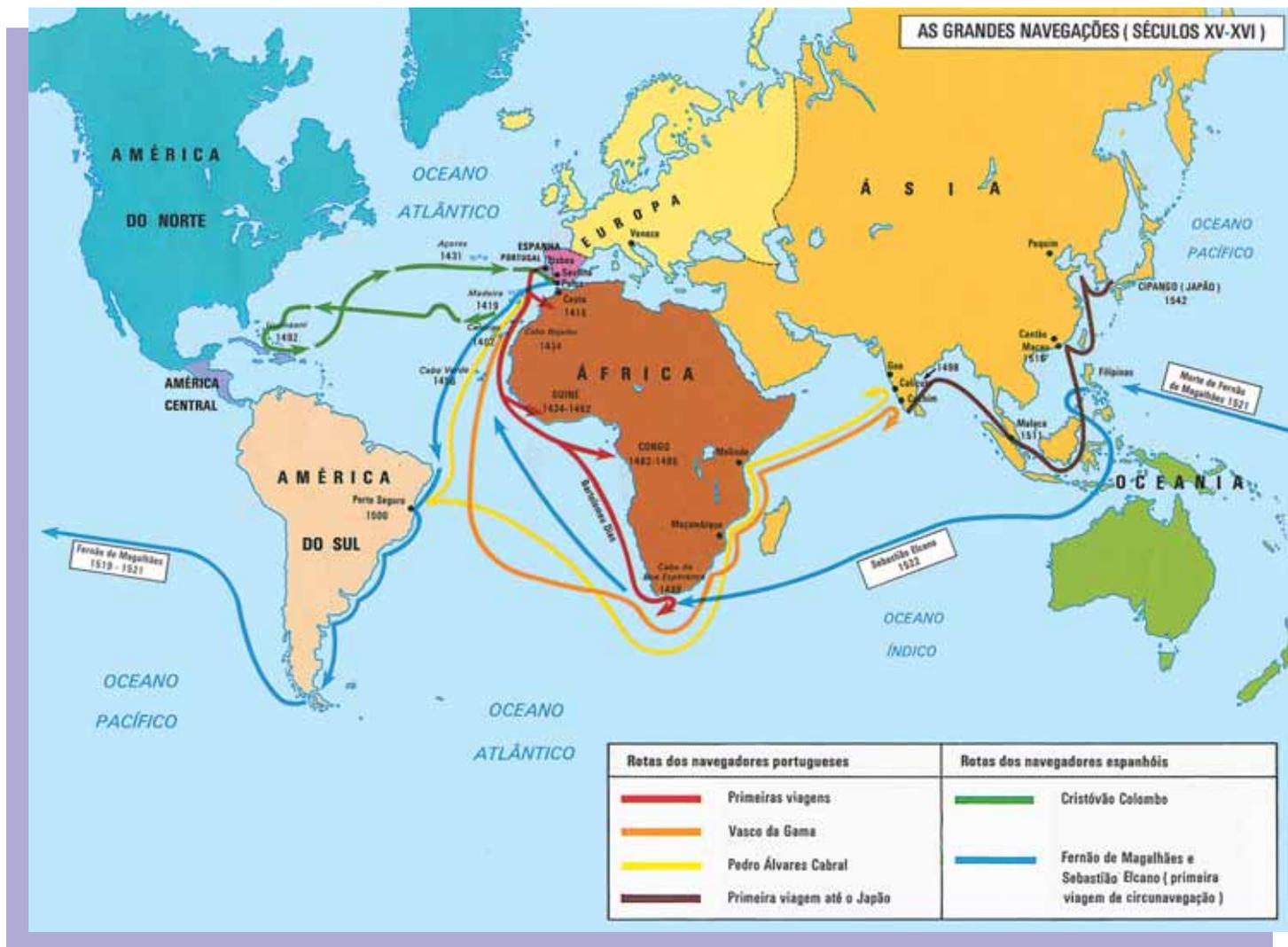
Conjunto de práticas econômicas adotado pelos Estados Modernos Europeus.

Esses Estados, ao estabelecerem seu domínio sobre territórios, tornavam-se metrópoles dessas áreas, que, por sua vez, eram denominadas colônias. Estas passavam a produzir e a consumir de acordo com os interesses das metrópoles.

Os Estados Modernos, ou Estados Absolutistas, tinham como princípio o acúmulo de riquezas por meio do comércio de mercadorias. Portugal e Espanha também visaram a acumular metais preciosos extraídos de suas colônias. Para isso, deveriam manter o monopólio, isto é, somente eles poderiam comercializar com suas colônias.

Coroa

Expressão usada para se referir às monarquias europeias, que eram as metrópoles na época da colonização. A coroa é um dos símbolos do poder dos reis.



ARRUDA, José Jobson de A. *Atlas histórico básico*. São Paulo: Ática, 2008, p. 19. Mapa original.

Quando os espanhóis chegaram à América, rapidamente fizeram contato com povos que conheciam ouro e prata, como os maias e os astecas no México, e os incas na região do atual Peru.

Os portugueses, ao conquistarem e colonizarem o território que hoje é o Brasil, encontraram povos que não demonstravam conhecer metais preciosos. Inicialmente, a única atividade comercial que pareceu interessante aos portugueses na nova colônia envolvia uma madeira denominada por eles de pau-brasil – da qual se extraía uma tinta avermelhada, valorizada por sua beleza e utilizada na Europa para tingir tecidos. Esse fato é uma das várias possibilidades existentes para explicar o nome do País.

A colonização portuguesa no território brasileiro impôs a lógica da produção capitalista aos indígenas que aqui viviam, já que esses povos, anteriormente, não produziam de forma mercantilizada, isto é, seus produtos não eram vendidos como

mercadorias. Tudo o que eles produziam era para consumo próprio, podendo, em alguns casos, haver troca de excedentes com outros povos. Assim, a mercantilização da produção e a consequente formação do capitalismo no Brasil são resultados da colonização, que impôs o modo de viver e de produzir do colonizador.



Mercadoria

Produto ou serviço vendido ou comprado mediante um preço determinado. Por exemplo, as populações indígenas do Brasil, antes da colonização, não produziam mercadoria, pois tudo o que produziam era para consumo próprio ou da comunidade, e não para vender, já que a economia era de subsistência.



VOCÊ SABIA?

A palavra “índio”, usada para denominar os nativos do continente americano, foi originalmente utilizada pelos europeus para se referir aos povos da atual Índia, na Ásia, onde predominava a religião hindu.

Antes das Grandes Navegações, as pessoas não tinham informações suficientes para conhecer o mundo como atualmente. Naquela época, havia muitas incertezas sobre o tamanho dos oceanos e sobre as terras que existiam, e os mapas não tinham a precisão de hoje. O próprio Cristóvão Colombo acreditou que estava em uma região da Ásia, as Índias, quando chegou às ilhas do Caribe.



Do pau-brasil à cana-de-açúcar

Entre os anos de 1500 e 1530, a extração do pau-brasil foi a principal atividade econômica praticada pelos portugueses. Para isso, utilizaram-se do trabalho indígena. Os nativos cortavam a madeira e a armazenavam em depósitos chamados feitorias até que os navios portugueses viessem buscá-la. Em troca, os portugueses entregavam bugigangas aos indígenas. Essa relação de trocas é chamada de escambo.

Os portugueses tinham o monopólio do comércio do pau-brasil, ou seja, o direito exclusivo sobre esse comércio. Porém, isso não impedia que exploradores de outros reinos visitassem o litoral brasileiro e, atuando como piratas, também negociassem a madeira com os indígenas. Nesse período, a concorrência entre as potências europeias ameaçou, por meio de inúmeras invasões, como as de franceses e ingleses, a posse dos portugueses sobre o novo território. Entretanto, a Coroa portuguesa criou alternativas para manter a posse da região e torná-la rentável. Para garantir a ocupação e proteger o território, portugueses começaram a vir à colônia com o objetivo de fortificar parte da costa litorânea, tomar posse da terra e realizar a ocupação da região.

Para essa ocupação, foi criado o sistema de capitanias hereditárias e sesmarias. Nele, o território brasileiro foi dividido em grandes faixas de terra que foram doadas

a nobres portugueses os quais ficaram responsáveis de ocupá-las, administrá-las, defendê-las e torná-las lucrativas para a Coroa. Com o tempo, esse sistema não deu certo devido ao descaso de alguns dos donatários (nobres que recebiam as terras), e o território passou a ser administrado por um governo geral com sede em Salvador.

A exploração intensa do pau-brasil nesse período de aproximadamente 30 anos levou à escassez da madeira. Os portugueses, então, sentiram a necessidade de ter outra atividade rentável na colônia, sobretudo em um momento em que metais preciosos ainda não haviam sido encontrados.

Uma vez que os indígenas, que já habitavam essas terras, não movimentavam um mercado de especiarias, como ocorria nas Índias, nem revelavam conhecimento sobre as minas de metais preciosos, como em outras partes do “**Novo Mundo**”, os portugueses precisaram desenvolver uma atividade lucrativa. Essa foi uma das motivações para o cultivo da **cana-de-açúcar** na América portuguesa, passados alguns anos do início da empresa colonial extrativista do pau-brasil.

A produção do açúcar para o mercado europeu necessitava de uma vasta plantação de cana-de-açúcar, o que justificava o latifúndio e a monocultura (grande propriedade de terras, com um só dono, usada para produzir um só produto). Nessa produção, era preciso também um grande número de trabalhadores braçais, o que justificava, por sua vez, o uso da mão de obra escrava. Ela era mais barata do que a assalariada e estava disponível, seja por meio da captura dos povos indígenas nativos ou da comercialização de africanos escravizados. É importante destacar que o interesse pelo trabalho escravo também estava relacionado ao fato de os portugueses comercializarem escravos. Eles capturavam africanos que eram transformados em escravos. Esses africanos escravizados eram vendidos pelos traficantes de escravos, na colônia, para os grandes proprietários. Esse comércio gerava grandes lucros para a metrópole.



Glossário

Novo Mundo

Expressão usada para se referir ao continente americano, que foi conquistado pelos europeus no final do século XV.

Cana-de-açúcar

Planta original da Ásia, que já era conhecida, produzida e comercializada pelos europeus. Os colonizadores trouxeram essa planta para a América, pois já tinham experiência com seu cultivo e com a produção de açúcar em engenhos. Naquela época, o açúcar extraído dela era um produto extremamente valorizado nos mercados de luxo da Europa, gerando altos rendimentos para quem o comercializasse. Foi só a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, que o açúcar se tornou, assim como o café e o cacau (matéria-prima para o chocolate), um produto destinado para o consumo em grande escala.

Diferentemente das Índias, onde os europeus abriram entrepostos comerciais (chamados feitorias) para comprar e vender artigos já produzidos localmente; na América, foi essencial organizar a produção das mercadorias para enviá-las às metrópoles. Foi essa a motivação que esteve na raiz da colonização do Novo Mundo.

**ASSISTA!****História – Volume 4***Engenhos da colonização*

O vídeo, disponibilizado com seu material de estudos, destaca os aspectos econômicos da ocupação do território brasileiro que, até hoje, fundamentam as relações sociais e a formação cultural do nosso povo. Apresenta também um engenho de cana-de-açúcar, localizado entre Santos e São Vicente, que é um dos marcos da colonização portuguesa no Brasil.

**PENSE SOBRE...**

Os nativos, que viviam nas terras brasileiras antes da chegada dos portugueses, chamavam o pau-brasil de “ibirapitanga” (madeira vermelha). No entanto, o território não foi batizado com o nome indígena da planta, e sim com o nome português. O fato de o Brasil ter seu nome derivado de uma mercadoria remete à maneira como os portugueses colonizaram essa terra, isto é, uma colonização não para povoar e fazer desenvolver uma nação e sim para explorar ao máximo os povos e recursos dessa terra e enviar seus produtos para o exterior.

Será que essa relação prevalece até os dias de hoje? Afinal, no Brasil, prevalece a produção para a exportação ou a produção para satisfazer os interesses internos?

ATIVIDADE**1** Navegar e enriquecer

1 Quais eram os principais objetivos das Grandes Navegações iniciadas pelas nações europeias no século XV?



2 Os portugueses não acharam ouro e prata quando chegaram ao Brasil. Quais foram as formas que eles encontraram para extrair riquezas dessa terra? Que riquezas foram essas?

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - Navegar e enriquecer

Por serem perguntas abertas, as respostas poderiam ter sido escritas de maneiras diferentes. Mas, de acordo com os textos *As Grandes Navegações e a busca por especiarias* e *Do pau-brasil à cana-de-açúcar*, as suas respostas precisariam conter as seguintes informações:

- 1** O propósito das Grandes Navegações era **abrir novas possibilidades de negócios e rotas comerciais para além da Europa**, como um dos mecanismos para superar a crise de circulação de mercadorias, ou seja, a dificuldade dos europeus em chegarem ao Oriente; **ampliar territórios**, o que era considerado um fator de fortalecimento do Estado; e **expandir a fé cristã**, o que aumentava os poderes da Igreja Católica.
- 2** No começo, os portugueses comercializaram o **pau-brasil** com os povos indígenas, por meio do escambo (trocas), e, depois que essa árvore começou a se tornar escassa, introduziram o cultivo da **cana-de-açúcar**. Além de já conhecerem e dominarem o cultivo dessa planta, seu produto, o açúcar, já tinha alto valor no mercado europeu.



Registro de dúvidas e comentários





Lined writing area with horizontal lines.



Neste Tema, você vai estudar o processo de colonização das Américas, seus diferentes objetivos em cada parte do território e as suas características definidas pelo antigo sistema colonial.



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Você já ouviu falar que o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) tiveram processos de colonização muito diferentes? Em um lugar, as pessoas foram para explorar e em outro, para viver. Escreva, nas linhas a seguir, o que você sabe sobre esse assunto.



Colônias de exploração e colônias de povoamento

Foram dois os tipos de colonização ocorridos na América: a colonização de povoamento e a colonização de exploração, mas ambas foram marcadas por características de um sistema articulado, que os historiadores denominam “antigo sistema colonial”.

As **colônias de povoamento** se caracterizaram pela imigração de famílias que cultivavam pequenas propriedades de produção diversificada, baseadas em regime de trabalho livre, ou seja, comandavam e realizavam o próprio trabalho. Esse tipo de colonização do Novo Mundo foi predominante na Nova Inglaterra, localizada na região norte das “Treze colônias”, núcleo do povoamento que deu origem aos EUA.

As **colônias de exploração**, por sua vez, eram organizadas para atender ao principal objetivo de suas metrópoles: a obtenção de lucros. Esse tipo de colonização

predominou no sul da região que hoje é os EUA e nos territórios da América colonizados por Portugal e Espanha. Nesse contexto, poucas foram as famílias portuguesas e espanholas que se aventuraram em terras coloniais. No geral, os colonizadores vinham para a América sozinhos e ficavam envolvidos com a administração das grandes propriedades de produção especializada, nas quais prevaleceu o trabalho escravo.

Em todas as colônias, houve povoamento e exploração. Mas pode-se dizer que, na primeira situação, povoou-se para explorar, enquanto na segunda, explorou-se para povoar. Desse modo, ambas colonizações apresentam aspectos semelhantes. Mas, o que há de comum na colonização da América?

A colonização desse continente teve como características comuns:

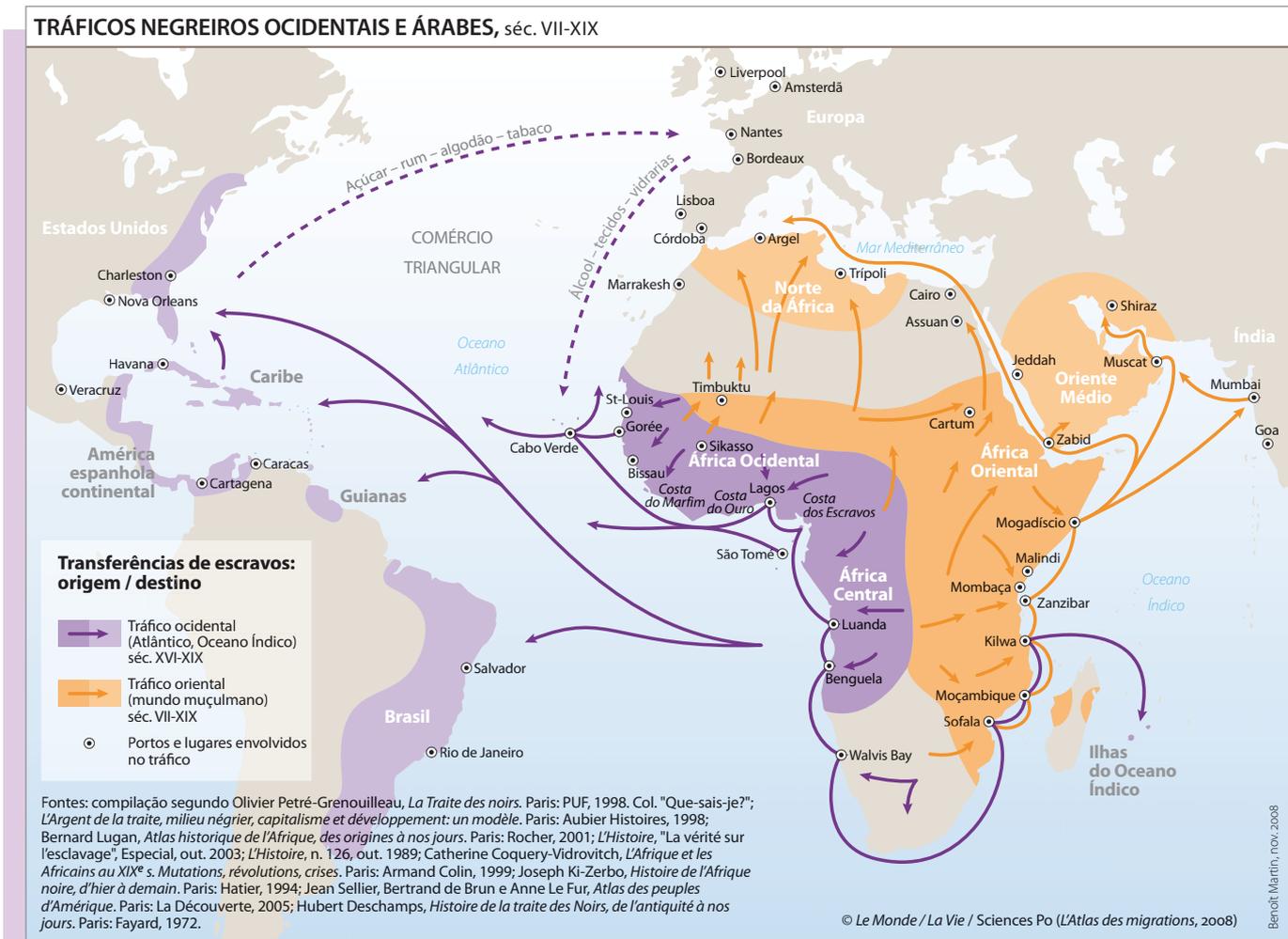
- a dominação política: a última instância de decisão era sempre da metrópole, mesmo em regiões em que os colonos tinham relativa autonomia política, como na Nova Inglaterra (uma das Treze colônias);
- o **exclusivo do comércio**: a colônia só podia comercializar com a metrópole;
- a tendência ao trabalho obrigatório, sobretudo nas colônias de exploração: observava-se uma dominância do trabalho forçado (prevalecendo a escravidão), realizado, em sua maioria, por africanos capturados e trazidos para o continente, mas também por indígenas nativos.

Exclusivo do comércio

Os colonos eram obrigados a vender sua produção aos comerciantes da metrópole, dos quais também compravam os artigos manufaturados de que necessitavam na colônia. Essa relação também era conhecida como “exclusivo metropolitano”. Era por meio desse mecanismo que se realizava a transferência de riqueza da colônia para a metrópole.

Ao analisar o conjunto do comércio colonial, é possível perceber que o tráfico de africanos escravizados, a produção de mercadorias nas colônias e o comércio de produtos manufaturados europeus constituíam a base do antigo sistema colonial.

Nesse sistema comercial mundial, o principal “produto” de exportação do continente africano eram os escravos, cujos principais compradores eram os colonos de várias partes do continente americano. Nesse sentido, o africano escravizado era visto como uma mercadoria, desprovido de sua humanidade. Sob essa condição, ele foi a base de sustentação de toda a produção colonial para a metrópole. Observe a extensão desse comércio no mapa da próxima página.



DURAND, Marie-Françoise et al. *Atlas da mundialização: dossiê especial Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 26. Mapa original.

Você acabou de ler que a escravidão dos povos africanos fez parte do antigo sistema colonial. Como o objetivo desse sistema era transferir riqueza para a metrópole e seu mecanismo principal era o comércio, o tráfico de africanos escravizados, feito por mercadores europeus, se impôs como tendência dominante. Contudo, apesar de o comércio de africanos escravizados ter sido predominante, ele não era o único.

Nas regiões da colônia em que o comércio com a metrópole era muito menor e, portanto, havia menos riqueza para compra de escravos, os colonos utilizaram a escravidão indígena. Isso aconteceu, por exemplo, na região da Vila de São Paulo de Piratininga, origem da atual cidade de São Paulo. Nesse caso, o comércio de indígenas escravizados era um negócio interno, cujos lucros ficavam nas mãos dos próprios traficantes, conhecidos como bandeirantes.

Já nas regiões da América produtoras de açúcar, houve latifúndios, ou seja, grandes propriedades, em que se utilizava o trabalho escravo africano. Essa

realidade se afirmou independentemente de qual fosse o povo colonizador: os portugueses, no Brasil; os ingleses, na Jamaica; os franceses, no Haiti; os holandeses, no Suriname; ou os espanhóis, em Cuba. Todos produziram açúcar utilizando o trabalho escravo africano e participaram do tráfico negreiro durante séculos.

ATIVIDADE 1 Colonização e comércio

1 Identifique, a seguir, com a letra “P” o que se relaciona com a colonização de povoamento e com a letra “E” o que se relaciona com a colonização de exploração nas Américas.

- a) Imigração de famílias para ocupar e colonizar a terra.
- b) Grandes propriedades de produção especializada.
- c) Trabalho escravo em larga escala.
- d) Pequenas propriedades de produção diversificada.
- e) Regime de trabalho livre, ou seja, os trabalhadores comandavam e realizavam o próprio trabalho.
- f) Não prevaleceram a vinda de famílias, mas sim de homens engajados na produção para a exportação.
- g) Predominou na região norte dos EUA.
- h) Predominou nas colônias de Portugal e da Espanha.

2 Escreva, a seguir, as principais características do antigo sistema colonial.

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - Colonização e comércio

1 Respostas:

- a) **P** Imigração de famílias para ocupar e colonizar a terra.
- b) **E** Grandes propriedades de produção especializada.
- c) **E** Trabalho escravo em larga escala.
- d) **P** Pequenas propriedades de produção diversificada.
- e) **P** Regime de trabalho livre, ou seja, os trabalhadores comandavam e realizavam o próprio trabalho.
- f) **E** Não prevaleceram a vinda de famílias, mas sim de homens engajados na produção para a exportação.
- g) **P** Predominou na região norte dos EUA.
- h) **E** Predominou nas colônias de Portugal e da Espanha.

2 A seguir, estão as características do antigo sistema colonial mencionadas no texto. Sua resposta, para estar certa, precisaria ter mencionado algumas delas:

- dominação política exercida pela metrópole;
- exclusivo do comércio;
- tráfico de africanos escravizados;
- produção de mercadorias nas colônias que atendiam aos interesses da metrópole;
- comércio de produtos europeus manufaturados para as colônias;
- tinha como objetivo levar riqueza para a metrópole.



Registro de dúvidas e comentários



Lined writing area consisting of 25 horizontal lines.



Neste Tema, você estudará as características da colonização portuguesa na América. Com isso, você poderá compreender a formação do Brasil, tendo como base os ciclos econômicos que aqui se desenvolveram e suas consequências para a ocupação do território e a constituição da cultura brasileira.

O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Quem sai da capital do Estado de São Paulo em direção ao interior pode utilizar uma série de rodovias: Anhanguera, Raposo Tavares, Bandeirantes, Fernão Dias, entre outras. Por que será que essas rodovias têm esses nomes? Você já ouviu falar dos bandeirantes? Quem eles eram? Escreva o que você sabe sobre esse assunto nas linhas abaixo.

Os ciclos econômicos do Brasil colonial

Quando se analisa a colonização da América portuguesa como parte do antigo sistema colonial, compreende-se o propósito dos portugueses: fazer do território colonial um bom negócio.

Mas nem todos que vieram para a colônia tinham interesse em explorá-la economicamente. É importante considerar que havia outras motivações entre aqueles que participavam da colonização. Por exemplo, muitos missionários vieram da Europa com o intuito de converter os nativos ao catolicismo, em um movimento de expansão da Igreja Católica. No sul do atual Rio Grande do Sul e em parte da atual Argentina e do Paraguai, os jesuítas, que formavam uma ordem religiosa pertencente à Igreja Católica, organizaram os Sete Povos das Missões, também conhecidos como República Guarani. No local, eles reuniram milhares de indígenas convertidos ao catolicismo, em aldeamentos denominados missões.

FICA A DICA!

Assista ao filme britânico *A missão* (*The mission*, direção de Roland Joffé, 1986). Ele aborda a história da colonização da América do Sul pelos portugueses e espanhóis, e se passa nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai.

Ao observar as características do Brasil ao longo de todo o período colonial, ou seja, no período em que era território português na América, entre o século XVI e o início do século XIX, é possível notar que a ação portuguesa sobre o território estava voltada para a obtenção de lucros. Você perceberá isso com mais evidência ao estudar os ciclos econômicos descritos a seguir.

O **primeiro ciclo** foi o do **pau-brasil**, produto que foi comercializado até seu quase esgotamento. Esse comércio era feito com os indígenas por meio do escambo, relação comercial caracterizada pela troca direta de produtos, sem o uso de moeda.

A partir de 1530, a preocupação portuguesa em povoar a terra e nela produzir levou ao desenvolvimento da produção açucareira, especialmente no Nordeste brasileiro. Essa foi a principal atividade econômica até o final do século XVII.

Sendo assim, o **segundo ciclo** foi o do **açúcar**, que era o principal produto colonial desde o início da colonização até a descoberta do ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Esse ciclo do açúcar abrangeu diversas regiões da América portuguesa além da colônia brasileira, como Açores e Moçambique, na África. Quando a rentabilidade da produção e do comércio do açúcar diminuiu, principalmente em função da concorrência com outras colônias (inglesas, francesas e holandesas), a Coroa portuguesa buscou alternativas de exploração em seu território.

O **terceiro ciclo**, o da **mineração**, cujo centro geográfico foi o atual Estado de Minas Gerais, iniciou-se com a descoberta de ouro e pedras preciosas (em especial, diamantes) no final do século XVII. Esse ciclo desenvolveu-se ao longo do século XVIII, entrando em crise no final desse mesmo século.

Algumas cidades históricas do interior do Brasil, como Mariana, Diamantina e Ouro Preto em Minas Gerais, e Goiás Velho no Estado de Goiás, tiveram sua origem, seu auge e sua decadência relacionados ao ciclo da exploração do ouro. Durante o ciclo da mineração, essas cidades tiveram destacada vitalidade econômica e social, mas, hoje, boa parte delas são pequenos municípios com a economia voltada fundamentalmente para o turismo. Seu casario (conjunto de casas coloniais) dos séculos XVII e XVIII foi preservado e posteriormente **tombado** pelo atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Tombado

Determinado bem (uma construção, um território, uma obra de arte, uma manifestação cultural etc.) que, por decreto do Poder Público não pode ser destruído ou modificado por possuir valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também valor afetivo para a população.



Vista do Museu da Inconfidência (à esquerda) e da Igreja Nossa Senhora do Carmo (à direita). Ouro Preto (MG), 2010.

Por fim, no século XIX, o café tornou-se o principal produto de exportação da América portuguesa. Mesmo depois que o Brasil se declarou independente de Portugal, em 1822, o café continuou a ser o motor da economia brasileira.

Esses ciclos funcionaram de modo semelhante: tratava-se de um esforço em desenvolver, ao menor custo e no menor tempo possível, algum produto para ser exportado. Em todos os casos, quando se deixou de investir em determinada produção, seja por esgotamento das condições naturais ou por mudanças no mercado internacional, a prosperidade da região produtora decaiu.

No contexto desses ciclos, houve uma expansão do domínio territorial português para além da faixa do **Tratado de Tordesilhas**, assinado em 1494 com a Espanha e que servia como referência para a divisão dos territórios coloniais entre essas duas metrópoles. A extensão da ocupação portuguesa na América se deu principalmente

Tratado de Tordesilhas

Assinado em 7 de junho de 1494, o Tratado de Tordesilhas fez a partilha do Novo Mundo entre Portugal e Espanha, tomando por base um meridiano a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde, na África. Todas as terras localizadas na parte oeste dessa linha eram dos espanhóis; as terras que se localizavam na parte leste eram dos portugueses. Isso foi feito para que se evitasse um enfrentamento pela disputa das terras “descobertas e por descobrir” naquele imenso território. Observe que o Tratado foi assinado antes mesmo de as caravelas de Pedro Álvares Cabral chegarem à Baía de Porto Seguro.

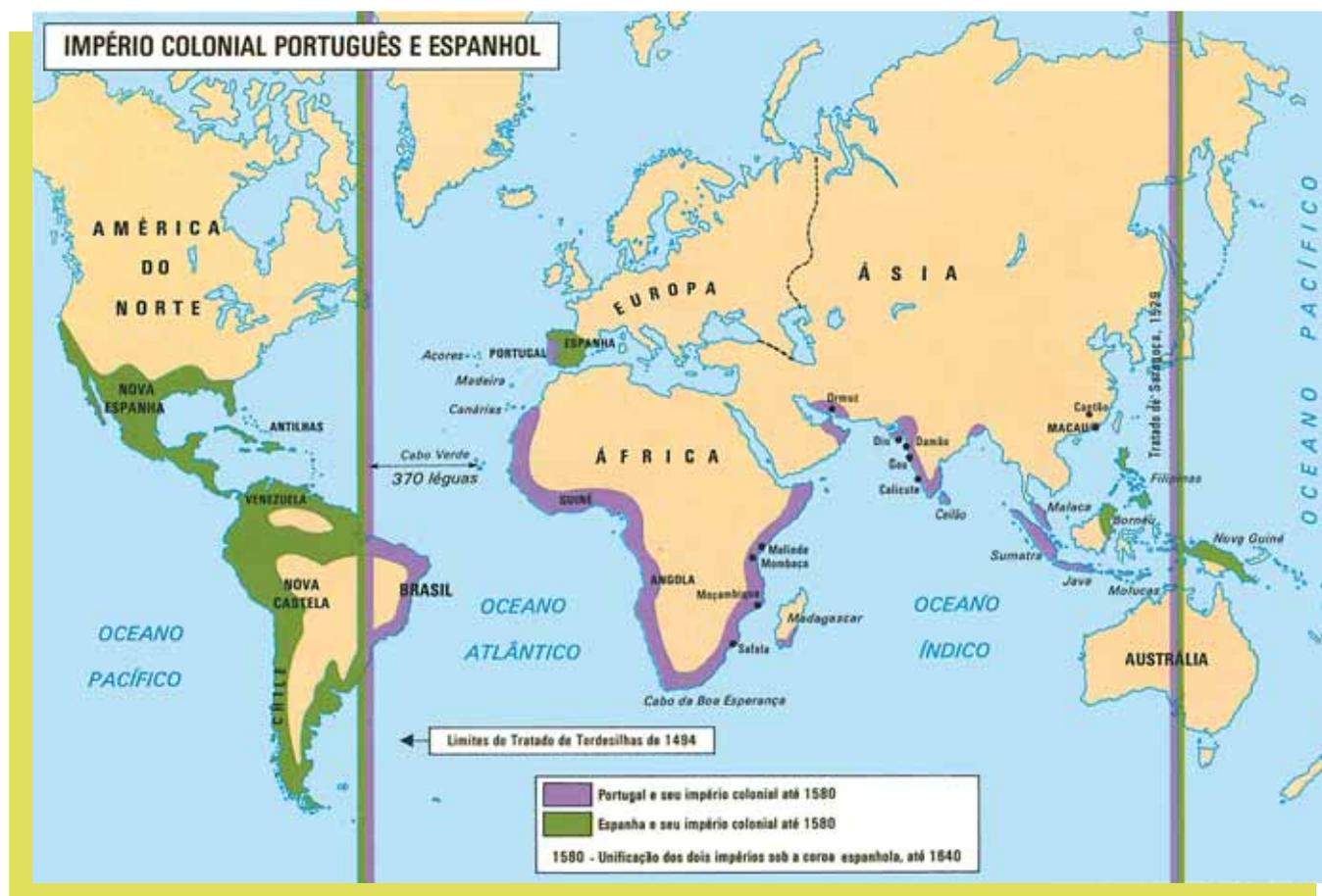
pelas **expedições bandeirantes**, também conhecidas por **bandeiras**, cujo principal objetivo era guerrear contra os índios a fim de escravizá-los, caçar escravos fugitivos e encontrar metais preciosos.



VOCÊ SABIA?

Os bandeirantes marcaram a História do Estado de São Paulo e do Brasil. Diante da pobreza da antiga Vila de São Paulo de Piratininga, esses paulistas organizavam as bandeiras: expedições que iam para o interior do território colonial com o objetivo de caçar índios que seriam escravizados e buscar ouro, prata e pedras preciosas. A figura dos bandeirantes é muito polêmica. Para alguns historiadores, eles foram grandes heróis, responsáveis pela ampliação do território brasileiro, à medida que penetraram pelo interior da colônia e ultrapassaram o Tratado de Tordesilhas. Contudo, os bandeirantes agiam com extrema violência, também sendo responsáveis pela escravização e pelo extermínio de milhares de índios.

Posteriormente, quando São Paulo se tornou o centro econômico do País, os paulistas adotaram a figura do bandeirante como símbolo de empreendedorismo. Por exemplo, a sede do governo estadual paulista é conhecida como Palácio dos Bandeirantes.



ARRUDA, José Jobson de A. *Atlas histórico básico*. São Paulo: Ática, 2008, p. 20. Mapa original.

ATIVIDADE 1 As marcas da colonização

1 Segundo o texto *Os ciclos econômicos do Brasil colonial*, os portugueses tinham um grande propósito em sua colonização na América: fazer do território colonial um bom negócio. Nesse sentido, pensando na América portuguesa, quais foram os ciclos econômicos que contribuíram para esse objetivo?

2 De acordo com o texto, marque as alternativas corretas sobre os bandeirantes.

- a) Foram os grandes heróis nacionais que, obedecendo às ordens da Coroa, desbravaram terras e trouxeram justiça aos povos indígenas.
- b) Organizaram expedições com o objetivo de buscar metais preciosos e caçar índios para a escravidão.
- c) Foram considerados, por alguns historiadores, os mais selvagens dos colonos, sendo boa parte deles naturais do atual Estado de São Paulo.
- d) Transformaram a região em que moravam, o atual Estado de São Paulo, na mais próspera e rica do período colonial português.
- e) Eram homens cultos e justos, que levaram a civilização aos índios do Brasil.
- f) Ajudaram a estender a ocupação portuguesa para além da faixa do Tratado de Tordesilhas, contribuindo para que o Brasil alcançasse seu tamanho atual.



Neste Tema, você vai aprender sobre o processo de independência das colônias americanas, no qual a independência do Brasil está inserida. O estudo desse assunto se baseará nas contradições que deram origem à crise do antigo sistema colonial.

 O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Você já ouviu ou leu algo sobre dom Pedro I ou sobre seu grito de independência ou morte às margens do Ipiranga, que está descrito na letra do hino nacional? Escreva, nas linhas abaixo, o que você sabe a respeito da independência do Brasil: Quando aconteceu? Onde? Por quê? Depois, compare com as informações do texto *A crise do antigo sistema colonial e a independência das colônias*, que vem a seguir.

Lined area for student response.





A crise do antigo sistema colonial e a independência das colônias

Entre a independência do Paraguai, em 1811, e a do Brasil, em 1822, quase todas as colônias da América tornaram-se independentes. Outras regiões, como os EUA e o Haiti, emanciparam-se mais cedo (em 1776 e 1804, respectivamente). Como explicar essa “onda” de independências?

O desenvolvimento do capitalismo comercial na Europa, a partir dos séculos XV e XVI, fez os países colonizadores promoverem o desenvolvimento econômico, ainda que mínimo, de suas diversas colônias na América, pois isso era necessário para explorá-las. Esse processo gerou uma elite proprietária de terra nas colônias, que, com o tempo, almejou tornar-se ela mesma senhora dessas terras. Essa elite pretendia que as colônias se tornassem nações independentes e organizadas segundo seus interesses, pois estava insatisfeita em relação à exploração feita pela metrópole.

Nas colônias americanas, essa insatisfação dos grandes proprietários de terra, juntamente à notícia das mudanças causadas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial (tratadas nos Volumes 1 e 2), colocou em crise o antigo sistema colonial. Isso porque a estrutura e a forma como esse sistema funcionava foram abaladas pelo poder da economia inglesa, que impunha ao mundo novas relações econômicas, de acordo com as exigências da Revolução Industrial. Entre essas exigências, pode-se citar o fim do monopólio colonial, com o objetivo de garantir a expansão dos mercados consumidores e do comércio mundial de produtos industrializados.

Com a consolidação do capitalismo industrial na segunda metade do século XVIII, as práticas mercantilistas acabaram sendo colocadas de lado. Dessa forma, uma nova política econômica se fortaleceu: o **liberalismo**.

Nessa política econômica, o exclusivo comercial entre colônia e metrópole era um obstáculo para o desenvolvimento do comércio capitalista e, por isso, os liberais defendiam o fim do sistema colonial. A escravidão feria o ideal de liberdade e, ao mesmo tempo, era um entrave ao crescimento do trabalho assalariado, fator importante para o aumento do poder de compra de produtos industrializados. Essas ideias tiveram impacto sobre a América e influenciaram os movimentos de independência.



Liberalismo

Conjunto de princípios e teorias políticas cujo ponto central é a garantia e a defesa da propriedade privada e das liberdades política e econômica. A liberdade política é garantida, principalmente, pelo direito à livre expressão, enquanto a econômica significa que o mercado regula a economia, restringindo a participação do Estado nesse setor (livre mercado).

Desse modo, as ideias liberais colocavam em xeque o mecanismo do sistema colonial (o monopólio colonial) e as relações de trabalho que o sustentavam (a escravidão). As relações capitalistas ameaçavam a engrenagem desse sistema e, como consequência, enfraqueciam a dominação das metrópoles sobre as colônias.

Embora, nas Américas espanhola e portuguesa, os descontentamentos com as metrópoles já viessem se acumulando havia tempo, foram as guerras napoleônicas na Europa (abordadas no Volume 1) que precipitaram a independência das colônias americanas, tanto a portuguesa como as espanholas.

Nas colônias espanholas, quando as tropas francesas invadiram a Espanha e capturaram o rei, os colonos mais poderosos – brancos, descendentes de espanhóis, mas nascidos na América, em geral proprietários de terras, conhecidos como *criollos* – levantaram-se em defesa do rei cativo.

Porém, quando Napoleão começou a perder a guerra e o rei espanhol recuperou seu poder na Europa, esses colonos perceberam que sua solidariedade inicial não seria recompensada. O rei queria continuar com seu poder absoluto e com a exploração sobre a colônia, mantendo os *criollos* fora da vida política.

A esperança *criolla* de maior participação política nos assuntos do reino foi frustrada e, com isso, surgiram inúmeros conflitos contra as forças que ainda eram leais à metrópole. Desse modo, o movimento de independência das colônias espanholas foi marcado pela guerra. Em 1824, por exemplo, graças à aliança dos exércitos liderados por **Simón Bolívar**, saído da Venezuela, e por **José de San Martín**, saído da Argentina, o Peru alcançou sua independência.



VOCÊ SABIA?

Simón Bolívar foi um militar e líder político venezuelano. É considerado um dos principais libertadores das ex-colônias espanholas e, junto a José de San Martín, um dos fundadores de várias nações independentes na América Latina. Dentre essas nações, foi presidente tanto da Grã-Colômbia, como do Peru.

José de San Martín foi um general sul-americano que lutou e liderou os processos de independência da Argentina, do Chile e do Peru.

Veja, no mapa a seguir, as diversas nações que se formaram e os períodos em que alcançaram a independência.



ARRUDA, José Jobson de A. *Atlas histórico básico*. São Paulo: Ática, 2008, p. 22. Mapa original.



VOCÊ SABIA?

Ao contrário de Portugal, que tinha uma única e grande colônia na América (o Brasil), a Espanha dividiu seu domínio sobre o território americano em várias colônias, de forma a facilitar e organizar sua administração. Os termos usados pela Espanha para designar suas colônias na América eram “Vice-Reinados” ou “Capitanias”, administrados por governadores e representantes do rei.



A independência do Brasil

Na América portuguesa, a História aconteceu de maneira diferente do modo como ocorreu nas colônias espanholas. Por causa das guerras napoleônicas na Europa, a família real portuguesa foi obrigada a vir para o Rio de Janeiro, em 1808, porque o exército de Napoleão estava prestes a invadir Portugal. A partir desse momento, o Brasil, que até então era uma colônia, tornou-se, na prática, a sede do governo português, pois foi daqui que dom João passou a governar. A vinda da família real portuguesa para o Brasil tornou-se possível após acordos firmados com a Inglaterra. Os portugueses, antigos aliados e devedores dos ingleses, tiveram sua corte escoltada por navios ingleses até chegarem à costa brasileira.

Uma vez no Brasil, já no início de 1808, o governo português abriu os portos brasileiros ao livre comércio, isto é, deu liberdade comercial à sua colônia, que, a partir daquele momento, poderia comercializar com qualquer nação considerada amiga de Portugal. O fim do exclusivo do comércio (no qual a colônia só podia negociar com a metrópole portuguesa) beneficiou principalmente a Inglaterra, que era a potência industrial em ascensão e que podia, agora, negociar diretamente com o Brasil.

Além de abrir os portos, dom João criou diversas instituições fundamentais para a administração do reino, como o Banco do Brasil, a Academia Real Militar e a Imprensa Régia.

Após a derrota napoleônica na Europa, em 1815, os portugueses, especialmente os comerciantes que se sentiram prejudicados com a abertura dos portos coloniais ao comércio com outras nações, passaram a exigir o retorno da corte portuguesa para Portugal. Durante a Revolução do Porto, em 1820, essa era a principal reivindicação dos revolucionários portugueses. Esses revolucionários também exigiam a recolonização do Brasil, ou seja, que o exclusivo do comércio fosse retomado e que o Brasil, submetido novamente à condição de colônia, tivesse seu comércio controlado pelo governo português.

A corte portuguesa, pressionada, retornou a Portugal. O retorno do rei significou a tentativa de restabelecer os laços de dominação colonial anteriores. Os colonos reagiram a essa situação planejando o processo de independência em relação à metrópole.

Diferentemente da América espanhola, no território brasileiro, a emancipação, desejada pela elite proprietária de terra, foi articulada com a participação do próprio dom Pedro, herdeiro do trono português que havia ficado no Brasil como príncipe regente. Essa foi uma estratégia encontrada para manter o novo País ligado à sua antiga metrópole e fazendo negócios com ela. Desse modo, no dia 7 de setembro de 1822, dom Pedro proclamou a independência do Brasil, às margens do Rio Ipiranga, na cidade de São Paulo.



VOCÊ SABIA?

Durante o período colonial, que no Brasil ocorreu entre os séculos XVI e o começo do século XIX, aconteceram muitas revoltas regionais que buscavam a independência em relação ao domínio português. Algumas delas foram marcantes na História do Brasil, como a Conjuração Baiana, a Inconfidência Mineira e a Revolução Pernambucana.

Essa maneira de tornar o Brasil independente permitiu transferir o poder político das mãos do governo português para a elite proprietária brasileira, os grandes donos de terra, representada, então, por dom Pedro I. Do ponto de vista dessa classe dominante, ao realizar a independência desse modo, eles não enfrentariam uma guerra nem atravessariam reações sociais muito fortes – embora tivessem acontecido rebeliões regionais nesses anos e nos seguintes.

O Brasil independente tornou-se, então, um império. Esse acontecimento foi único nas Américas, pois o processo de independência iniciou-se sob o comando de um monarca e não sob a liderança de indivíduos que exigiam uma república – como ocorreu em toda a América espanhola e nos EUA. Isso foi fundamental para que a colônia portuguesa na América (o Brasil) não fragmentasse seu território em várias nações diferentes, como aconteceu com o antigo território colonial espanhol, mantendo-se assim como um único e grande país americano de língua portuguesa.

Uma república, diferentemente de uma monarquia, pressupõe um processo sucessório no comando da nação, com governantes que têm mandato por tempo determinado.

ATIVIDADE 2 Independência ou morte!

Analise as seguintes afirmações sobre o processo de independência do Brasil:

- I – Com a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, a colônia tornou-se, imediatamente, um reino independente.
- II – A proteção inglesa para a viagem da família real teve como consequência a abertura dos portos brasileiros para a Inglaterra.

III – Com a derrota de Napoleão em 1815, a nobreza portuguesa exigiu a volta do rei dom João VI para Portugal e buscou restabelecer a dominação colonial sobre o Brasil, o que desagradou os colonos, especialmente os grandes proprietários de terra, que começaram a planejar a independência.

IV – Tal como na América espanhola, a independência do Brasil se deu com uma guerra contra a família real portuguesa, estabelecendo-se uma república logo após a expulsão do príncipe dom Pedro para Portugal.

V – Para as classes dominantes na colônia, a maneira como o Brasil tornou-se independente permitiu-lhes manter seu poder e evitar comoções sociais generalizadas.

Agora, assinale a alternativa que indica quais dessas afirmações estão corretas.

- a) I e II. c) II e III. e) III, IV e V.
 b) I, II e III. d) II, III e V. f) Todas estão certas.



A colonização da América portuguesa durou mais de três séculos, entre a chegada de Cabral, em 1500, e a independência, em 1822. Essa experiência imprimiu, ao menos, duas marcas na sociedade brasileira: a de uma sociedade dependente, já que a colônia era administrada em função da metrópole; e a superexploração do trabalho de muitos, em sua maioria escravos, para o benefício de poucos. O historiador Caio Prado Jr. afirmava que, apesar da independência, a situação brasileira havia mudado na superfície, mas não em sua estrutura, já que o país continuaria dependente e desigual. Você concorda?

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - Fatores da independência

Como você pôde ler no texto *A crise do antigo sistema colonial e a independência das colônias*, existem vários fatores que explicam a independência das colônias espanholas da América entre 1811 e 1822. Portanto, sua resposta teria de mencionar pelo menos alguns dos fatores descritos a seguir:

- a **pressão da Inglaterra** para pôr fim ao monopólio comercial imposto às áreas coloniais sob domínio de Portugal e Espanha, que contribuiu para a crise do sistema colonial. Com isso, os ingleses garantiram a expansão do comércio mundial de produtos industrializados;
- o **avanço do sistema capitalista**, que também contribuiu para a crise do antigo sistema colonial, uma vez que o mercantilismo foi substituído pelo liberalismo; o exclusivo comercial foi substituído pelo livre comércio e o trabalho compulsório e a escravidão foram trocados pelo trabalho livre assalariado;
- as **guerras napoleônicas** na Europa, que enfraqueceram o poder das monarquias sobre suas colônias;
- a **expectativa frustrada dos criollos** (colonos mais poderosos, brancos nascidos na América e descendentes de espanhóis) de **maior participação política**.

TEMAS

1. O cenário político do Brasil Império
2. O cenário econômico do Brasil Império
3. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil durante a Primeira República (1889-1930)

Introdução

Na Unidade 1, você estudou que a expansão mercantil europeia foi o que moveu a colonização portuguesa e espanhola nas Américas e que ela fez parte do processo de transição do feudalismo para o capitalismo. Como consequência do processo de expansão mercantil, a colonização portuguesa na América desenvolveu-se, sobretudo, baseada no comércio de produtos para exportação, utilizando trabalho escravo.

Ainda na Unidade 1, você viu que, no processo de colonização do Brasil, é possível identificar uma contradição: a necessidade da metrópole de tornar a colônia lucrativa promoveu, nesta, um nível de desenvolvimento que contribuiu para o surgimento de uma elite colonial – formada por grandes proprietários de terra que viviam nelas – que, com o tempo, passou a reivindicar sua autonomia política e liberdade de comércio. Essa reivindicação, apoiada pelo próprio dom Pedro I, resultou na independência brasileira.

Nesta Unidade, você estudará a trajetória do Brasil a partir de sua independência e ao longo de todo o século XIX.

**TEMA 1** O cenário político do Brasil Império

Neste Tema, você estudará o que permaneceu e o que mudou no Brasil, com a independência, a partir de 1822.

 **O QUE VOCÊ JÁ SABE?**

Você já ouviu falar de dom Pedro I, o “herói da independência brasileira”? Após a independência, quais mudanças ele promoveu no Brasil? E o que permaneceu igual?

Registre, nas linhas a seguir, o que você sabe sobre o assunto.



Um balanço da independência do Brasil

Em relação à antiga situação colonial, o que permaneceu e o que mudou com a independência do Brasil em 1822?

Uma das permanências mais marcantes foi que a base da economia brasileira continuou sendo o latifúndio monocultor voltado para a exportação. Isso significava que os grandes latifundiários continuaram no poder mesmo após a independência.

Uma das mudanças mais importantes ocorreu no plano político: as decisões tomadas no Brasil não precisariam mais da aprovação dos portugueses da metrópole. E, para que o País administrasse seus assuntos – como as relações internacionais, a segurança nacional e os conflitos internos –, foi necessário formar um Estado nacional reconhecido por outros países.

Ainda em relação ao plano político, no Brasil, diferentemente do que ocorreu na maior parte da América, a independência manteve a monarquia. Esse fato é uma exceção na História da independência da América, uma vez que todos os outros novos países do continente constituíram-se como repúblicas. Nesses países, as revoltas internas contra o domínio espanhol ajudaram a construir o **nacionalismo**. Já no império brasileiro, o sentimento nacionalista desenvolveu-se entre as elites latifundiárias de cada região, sem a participação da maioria da população.

Após a independência, vários movimentos contestaram a separação do Brasil em relação a Portugal, enquanto outros queriam proclamar uma república, seguindo o que ocorria nas demais nações americanas



Nacionalismo

Movimento social e político que surgiu na Europa ao longo do século XIX e que se caracteriza pelo seguinte: lealdade à pátria; defesa da igualdade jurídica e política para os membros de uma mesma nação, em oposição às imposições de outras nações; defesa da unificação de povos com características comuns, como uma língua comum, a mesma origem histórica ou características genéticas similares, mas, principalmente, a mesma cultura.

e na Europa. Antes mesmo da proclamação da independência, já emergiam no Brasil movimentos de caráter republicano, como a **Inconfidência Mineira**, no final do século XVIII (1789), que teve entre seus principais heróis Tiradentes, e a **Revolução Pernambucana**, em 1817. Em 1824, quando o País já havia se emancipado, Pernambuco foi o centro de uma nova revolta, a **Confederação do Equador**, dessa vez contra dom Pedro I.



ASSISTA!

História – Volume 4

Desafios da Independência

Com base na obra *Independência ou Morte* (1888), do pintor Pedro Américo, que representa um dos principais momentos da História do Brasil, o vídeo faz um contraponto entre a realidade e a ficção, e apresenta reportagens sobre os principais acontecimentos que contribuíram para o nascimento e a consolidação do processo da independência brasileira.

A **Confederação do Equador** propôs reunir as províncias do atual Nordeste sob a forma federalista, ou seja, em que o poder seria descentralizado nas diferentes partes da Federação. O movimento se deu como uma reação à política de dom Pedro I, que outorgou (isto é, impôs) um texto da Constituição de acordo com os interesses políticos da monarquia em 1824, dando poderes absolutos ao monarca.

Contra essa atitude absolutista do imperador, alguns líderes políticos e os latifundiários em Pernambuco e nas províncias vizinhas se revoltaram e proclamaram uma república independente. Diante da repressão do governo central, o movimento radicalizou-se e encorajou a participação das camadas populares. O imperador convocou suas tropas e também contratou o serviço de **mercenários** ingleses, que enviaram uma frota naval, sufocando a rebelião em pouco tempo.

Mas não foi só a Confederação do Equador que ameaçou dividir o Brasil no começo do Império. No chamado **Período Regencial (1831-1840)**, aconteceram diversas rebeliões no território nacional.



Glossário

Mercenário

Soldado contratado mediante pagamento para lutar por uma causa.

Período Regencial (1831-1840)

Período em que o Brasil foi governado por diferentes regentes, após a saída de dom Pedro I, em 1831, que abdicou o trono brasileiro para retornar a Portugal. Sua renúncia foi feita em favor de seu herdeiro, Pedro Alcântara (posteriormente, dom Pedro II), que, na época, tinha apenas cinco anos de idade. Como era novo para assumir o trono, a Assembleia Geral, formada pelos deputados e senadores, passou a escolher regentes para governar a nação até que ele completasse a maioria. Quando o príncipe fez 14 anos, assumiu prematuramente o comando do governo em um episódio conhecido como Golpe da Maioridade.

Duas das mais significativas revoltas regenciais foram a **Revolução Farroupilha** (ou Guerra dos Farrapos, 1835-1845) e a **Revolta dos Cabanos** (ou Cabanagem, 1835-1840).

A Revolução Farroupilha, ocorrida no Rio Grande do Sul, foi liderada pelos grandes **estancieiros** – donos de extensas propriedades e criadores de gado na região Sul do País – que também queriam proclamar uma república independente, tornando-se um país separado do Brasil. Já a Revolta dos Cabanos, ocorrida no atual Pará, tinha à frente mestiços, índios, negros e pobres da região que lutavam contra os mandonismos dos portugueses abastados, em geral, brancos. Esta última revolta foi a única ocasião em que o povo ocupou o poder de toda uma província por algum tempo – entre 1835 e 1840 – e com certa estabilidade.

A permanência da escravidão

A independência do Brasil não alterou as relações de trabalho, pois não aboliu a escravidão. Apesar de a elite colonial ter se baseado nas ideias liberais para buscar a liberdade política e econômica que viria com a emancipação, essa mesma elite proprietária, de forma contraditória, não queria abrir mão de seus escravos. Esse é um dos limites do liberalismo no Brasil independente. José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido como “o Patriarca da Independência” por sua participação política no processo, reconheceu a contradição entre a continuidade da escravidão e o liberalismo.

Bonifácio acreditava que se, no momento da independência, também fosse sugerido o fim da escravidão, os grandes proprietários de terras, os quais compunham a elite agrária brasileira, iriam contra a proposta de independência brasileira. Portanto, a manutenção da escravidão, na qual ainda se baseava o poder



VOCÊ SABIA?

O Brasil protagonizou uma das guerras mais sangrentas do século XIX, a Guerra do Paraguai.

O Paraguai seguiu um caminho único na América Latina depois de sua independência: desenvolveu uma economia voltada para o mercado interno, baseada na produção camponesa, em que o Estado era um agente importante. Sem saída para o mar, o país dependia de rios da Bacia do Prata, que dividia com o Brasil e a Argentina, para ter acesso ao Oceano Atlântico e, assim, comunicar-se com o exterior. As disputas geradas pelo controle dessa Bacia, vital para o Paraguai, desencadearam a Guerra do Paraguai.

Brasil, Argentina e Uruguai formaram a Tríplice Aliança que, após cinco anos de guerra, dizimou o exército e a população paraguaia, na maioria de origem indígena. Depois dessa catástrofe, conhecida também como Grande Guerra, o Paraguai tornou-se uma nação marcada pelo latifúndio e pela dependência, subordinada à Argentina e, principalmente, ao Brasil.

econômico dos grandes proprietários rurais no Brasil, era, naquele momento, mais importante do que a libertação política.

Nesse sentido, Bonifácio pensava de forma semelhante a Thomas Jefferson, o principal articulador da independência dos Estados Unidos da América em 1776. Para ambos, a abolição da escravidão poderia causar problemas que inviabilizariam a independência.

Se para Bonifácio era perigoso desagradar a elite colonial, para Jefferson, o fim da escravidão nos EUA poderia dividir o país. O Norte, industrializado, defendia o trabalho livre, enquanto o Sul, cuja História de colonização esteve ligada ao latifúndio e ao trabalho escravo, apoiava a escravidão.

Assim, ao se comparar o processo da independência brasileira com o dos EUA, é possível notar uma semelhança: para manter a unidade territorial nessas duas ex-colônias, foi necessário preservar o trabalho escravo. No Brasil independente, o receio de um levante popular que ameaçasse a estrutura escravista limitou o radicalismo da maior parte das revoltas regionais.

Nos EUA, somente quando o Norte do país estava em vias de se tornar uma potência industrial e, portanto, almejava a ampliação do trabalho livre assalariado é que a escravatura foi abolida, por meio de uma sangrenta guerra civil contra os latifundiários escravocratas do Sul – a Guerra de Secessão (1861-1865). Em termos políticos, enquanto os EUA se tornaram uma república (desde 1776), o Brasil continuou como uma monarquia duradoura no continente americano.



VOCÊ SABIA?

Durante o período em que a escravidão vigorou no Brasil, os escravos rebelaram-se diversas vezes contra sua condição.

Eram muitas as formas de resistência adotadas pelos escravos para tentar romper com a condição que lhes era imposta. No dia a dia, era possível identificar a insatisfação dos escravos com a própria escravidão: suicídio, assassinato do senhor, sabotagem da produção, quebra de ferramentas, fugas individuais ou coletivas etc. Essas eram as formas de reagir ao cativo. Por outro lado, outras formas mais sutis também faziam parte desse cenário: jogar capoeira, trabalhar lentamente, não gerar filhos etc.

Os escravos fugiam das senzalas para o interior do País e fundavam inúmeros **quilombos**. Os quilombos eram comunidades de ex-escravos que, por terem fugido de seus senhores, se consideravam homens livres. Eles se organizavam social e economicamente para garantir sua subsistência e preservar suas tradições culturais. O caso mais famoso desse tipo de organização é o **Quilombo dos Palmares**, cujo principal líder foi Zumbi.



FICA A DICA!

O filme franco-brasileiro *Quilombo* (direção de Cacá Diegues, 1984) conta a história de um grupo de escravos que, por volta de 1650, foge de um engenho de açúcar em Pernambuco e busca refúgio no Quilombo dos Palmares.

Na América espanhola, as lutas pela independência tiveram a participação da população mais pobre e das comunidades indígenas. Embora muitos vivessem submetidos ao trabalho forçado e à servidão, eles pegaram em armas. Vários povos indígenas organizaram verdadeiros exércitos, o que contribuiu para sua libertação da condição de escravos. Entretanto, no geral, após os processos de independência, a elite *criolla* excluiu as massas populares da participação política.

Enquanto, no Brasil, o poder ficou centralizado nas mãos do imperador, na América espanhola, as disputas pelo controle do Estado geraram inúmeras lutas entre **caudilhos**. Esses confrontos levaram, muitas vezes, à constituição de federações, nas quais o poder político foi descentralizado.

Foi nesse cenário que, após as guerras de independência, formaram-se os diversos países da América espanhola, frustrando os esforços de líderes, como Simón Bolívar, para manter a unidade continental.



Caudilho

Proprietário rural que impõe relações de proteção e fidelidade aos seus subordinados, mobilizando-os frequentemente para finalidades políticas e, por vezes, militares. Equivalente ao coronel no Brasil.

MOMENTO CIDADANIA



Com a proclamação da Independência em 1822, iniciou-se a formação de um Estado nacional, que teve como marco jurídico a promulgação da Constituição de 1824. Ela estabeleceu a separação dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário, o que, a princípio, significaria a descentralização do governo. Só que essa mesma Constituição criou também o Poder Moderador, que se sobrepunha aos outros três. Com ele, o imperador tinha mais força do que os representantes dos demais poderes, podendo interferir sobre eles. Também dedicou uma seção específica aos direitos civis e políticos, transformando, pelo menos no âmbito jurídico-legal, os **súditos** do rei em cidadãos.



Súdito

Pessoa submetida à vontade ou ao poder dos reis, em um regime político monárquico.

No campo dos direitos civis, os direitos à liberdade, à segurança individual e à propriedade passaram, em princípio, a proteger as pessoas de ficar à mercê dos interesses dos soberanos. Em relação aos direitos políticos, a Constituição determinava que homens com mais de 25 anos e donos de bens votariam em um colegiado que, posteriormente, elegeria deputados e senadores, garantindo assim, ainda que de forma indireta, a participação de uma pequena parcela da população na escolha do governo. Era o chamado **sistema de voto censitário**, segundo o qual só poderiam votar os homens que possuíssem determinada renda exigida pela Constituição vigente.



ATIVIDADE 1 O Brasil independente

1 Descreva, em linhas gerais, o que mudou e o que permaneceu igual no Brasil, comparando o período colonial com o período logo após a independência.

Horizontal lines for writing the answer to question 1.

2 Depois de refletir sobre as permanências e as mudanças na História do Brasil, responda: A escravidão foi abolida em 1888, porém ela deixou marcas profundas na sociedade brasileira até os dias de hoje. Quais são essas marcas?

Horizontal lines for writing the answer to question 2.





O objetivo deste Tema é que você compreenda os principais aspectos econômicos que marcaram o período imperial no Brasil.



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Você já sabe que a independência não trouxe liberdade para os africanos escravizados no Brasil. Em sua opinião, por que a escravidão não foi abolida com a independência? Registre suas conclusões nas linhas a seguir. Quando terminar de estudar este Tema, não deixe de conferir sua resposta, certo?

Horizontal lines for writing a response.



Aspectos econômicos da independência

No plano econômico, a independência trouxe mudanças, mas também permanências. A independência do Brasil, assim como a da América espanhola, significou o fim do exclusivo do comércio (termo que você já estudou na Unidade 1), ou seja, a quebra do monopólio de Portugal sobre o comércio colonial.



Com a abertura dos portos brasileiros, houve, naquele contexto, um aprofundamento das relações comerciais do Brasil com a Inglaterra, país que havia se desenvolvido muito com a expansão do capitalismo industrial, tornando-se uma grande potência mundial.

Essa realidade limitou o alcance da mudança: se, de um lado, o papel de intermediário comercial dos portugueses foi reduzido, de outro, em muitos casos, os ingleses assumiram esse lugar. O século XIX foi marcado pela invasão de produtos ingleses comercializados em terras brasileiras, inclusive aqueles de pouca utilidade por aqui, como patins de gelo ou carteiras de dinheiro em papel, quando por aqui só se usavam moedas.

Ao longo do século XIX, a presença inglesa na América aumentou conforme o ritmo da evolução do capitalismo mundial: com a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista (questão tratada no Volume 2), cresceu a participação dos ingleses como investidores e/ou como credores (uma espécie de fiador) das dívidas dos novos Estados americanos. No Brasil, por exemplo, os ingleses financiaram o pagamento da indenização exigida por Portugal para reconhecer a independência brasileira.

Portanto, embora as possibilidades de acúmulo de capital no Brasil e na América espanhola tenham melhorado com as independências, as fragilidades decorrentes de suas *dependências externas* não foram resolvidas. Além disso, esse aumento de investimentos externos no Brasil não beneficiou toda a população brasileira, ficando apenas nas mãos da elite proprietária e dos grandes comerciantes.

Isso fica muito claro quando se percebe que o Brasil continuou essencialmente produtor e exportador de **gêneros primários** – por exemplo, o café – produzidos por essa elite, como já acontecia desde o período colonial.

O fim da escravidão no Brasil

No início do século XIX, a Inglaterra tornou-se a principal interessada na abolição da escravidão no mundo.



Gênero primário

Produto obtido por meio da exploração de recursos da natureza, como mineração, madeira e itens agrícolas. Desde a chegada dos europeus, o Brasil fornecia produtos, como pau-brasil, cana-de-açúcar e ouro, para a Europa, que os utilizava na indústria de transformação.

A indústria primária, até os dias de hoje, é um setor da economia muito vulnerável, pois depende de fenômenos da natureza, que exercem grande influência nos preços. Por exemplo, em épocas em que se produz muito, o preço de venda cai, pois há excesso de oferta de alguns produtos. Em épocas de escassez de produção, o preço aumenta, mas, em compensação, os produtores desse setor podem ficar sem produtos suficientes para comercializar.

A indústria inglesa desejava ampliar seus mercados consumidores e, para isso, precisava do aumento do trabalho assalariado. Sem contar que, ao expandir o trabalho assalariado e proibir a escravidão, no caso do Brasil, boa parte dos capitais até então investidos em escravos poderia ser redirecionada para outros setores da economia, inclusive para o consumo.

Embora as pressões inglesas pelo fim do tráfico de escravos fossem anteriores à independência do Brasil, proclamada em 1822, somente em 1850 foi promulgada a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravos da África para o Brasil. Com a proibição do tráfico internacional, o preço dos escravos, que ainda eram comercializados internamente, subiu muito, deixando de ser, ao longo do tempo, economicamente interessante. A partir desse momento, ficou claro para os grandes proprietários de terra que o fim da escravidão era uma questão de tempo.

O problema da classe proprietária no Brasil passou a ser: Como abolir o trabalho escravo e manter os níveis de produção sem essa mão de obra? As soluções encontradas foram: estimular a imigração europeia, de forma que os imigrantes pudessem se tornar trabalhadores nas grandes lavouras e, ao mesmo tempo, restringir o acesso à propriedade da terra, impedindo o crescimento de pequenas propriedades familiares.

Simultaneamente à falta de mão de obra, havia outro problema que afetava os grandes plantadores de cana, ou de café, e os grandes criadores de gado: a falta de uma regulamentação da propriedade da terra que pudesse dificultar o acesso a ela. Sem essa regulamentação, os **imigrantes** (pessoas vindas de outros países) recém-chegados, em vez de trabalharem nos latifúndios, sobretudo dos cafeicultores, poderiam ocupar uma região e se tornar pequenos proprietários.

Não por acaso, no mesmo ano em que se proibiu o tráfico negreiro no Brasil, foi decretada a Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), que obrigava os proprietários a demarcar e a registrar seus terrenos em determinado prazo.

Toda terra não registrada passou para o Estado, que só podia vendê-la, nunca doá-la. Em resumo, essa lei transformava a terra brasileira em mercadoria e instituiu a propriedade da terra nos moldes do capitalismo. Surgiram, assim, as *terras devolutas*, ou seja, terras que se tornaram propriedade do Estado, mesmo quando nelas moravam pessoas que não tiveram conhecimento das novas regras.

Com a nova Lei de Terras, o Estado esperava arrecadar dinheiro para financiar a vinda de imigrantes e resolver o problema da falta de mão de obra decorrente do fim do tráfico de escravos. Contudo, suas consequências mais importantes foram outras.

Milhares de pessoas perderam suas moradias e pequenas plantações de subsistência. Comunidades inteiras, inclusive indígenas, foram colocadas na ilegalidade. Para comprar terras era necessário ter dinheiro, condição que os trabalhadores, agora livres da escravidão, ou mesmo os imigrantes em situação de miséria, não tinham. Na prática, a Lei de Terras impediu aos trabalhadores livres o acesso à terra; por isso, ela está na raiz da questão agrária do Brasil, e seus efeitos podem ser sentidos até hoje.

A lei garantiu a terra aos que a registraram como sua propriedade, o que aumentou a concentração de grandes extensões de terra em poder de poucos. Com isso, trabalhadores tornaram-se mão de obra barata para a lavoura ou para a indústria que começava a se desenvolver no País.

Trabalhadores rurais da atualidade lutam pela redistribuição de terras para todos que querem trabalhar nela. Essa luta histórica também é consequência da antiga Lei de Terras, que, no passado, impediu os trabalhadores rurais de terem acesso à terra. A foto mostra agricultores e produtores rurais durante a Marcha da Reforma Agrária, na Via Epiá, em direção à Esplanada dos Ministérios. Brasília (DF), 5 set. 2011.



A expansão cafeeira e o fim da escravidão

Ao mesmo tempo que se expandia a produção cafeeira no Sudeste, as exportações do açúcar declinavam no Nordeste. O açúcar produzido no litoral nordestino passou a ter fortes concorrentes internacionais: o açúcar produzido nas Antilhas e o açúcar de beterraba produzido na Europa.

Com isso, o café, cultivado em grandes propriedades, se firmou ao longo do século XIX como o principal produto de exportação do País. Seu cultivo estava concentrado nas províncias do Rio de Janeiro e, principalmente, de São Paulo – no Vale do Paraíba –, região que até então tinha pouca importância econômica. Na segunda metade do século XIX, o café expandiu-se pelo centro-oeste paulista, atendendo a uma extraordinária expansão na demanda mundial por esse produto.

Como já foi mencionado, a Lei Eusébio de Queiroz diminuiu o número de africanos escravizados disponível para o comércio. Enquanto puderam, os cafeicultores compraram escravos dos fazendeiros nordestinos, mas, como os preços dos escravos eram cada vez maiores, essa não era uma solução definitiva. Então, os grandes proprietários apostaram na imigração europeia como alternativa de mão de obra para as plantações.



VOCÊ SABIA?

A vinda da maioria dos imigrantes para a América, no século XIX, estava relacionada à unificação nacional da Itália e da Alemanha. Você pode estudar sobre esses processos no Volume 2.

As unificações europeias foram movimentos socialmente conservadores em que o acesso à terra não foi democratizado. Ao contrário: milhares de camponeses italianos e alemães perderam suas terras, vítimas do desenvolvimento capitalista no campo. Assim sendo, a maioria dos que se dirigiram para o continente americano no século XIX, inclusive para o Brasil, viajou nessa complicada circunstância, deixando para trás esse difícil cenário europeu.

Apesar da falta de uma política imigratória do Estado brasileiro, os conflitos europeus e a miséria em que viviam muitos trabalhadores rurais daquele continente possibilitaram um fluxo migratório imenso para a América em geral, e para o Brasil em particular.

O governo paulista pagou parte dos custos da vinda de imigrantes, já que outros países – como a vizinha Argentina – também disputavam esses trabalhadores. As primeiras iniciativas com trabalhadores imigrantes europeus foram realizadas em fazendas de café no interior de São Paulo, antes mesmo do fim do tráfico negreiro.

Essas tentativas fracassaram porque os fazendeiros enfrentavam um dilema: para ser rentável, o trabalho livre deveria custar menos do que o escravo, o que exigia uma exploração além dos limites que os colonos imigrantes podiam suportar. Foi somente a partir dos anos 1880 que o trabalho livre imigrante se tornou uma alternativa viável para substituir os escravos nas lavouras cafeeiras.

O que havia mudado nesse período? Em primeiro lugar, uma extraordinária expansão na demanda mundial por café incentivou a modernização da produção.

Para estimular o aumento e a modernização da produção cafeeira, o governo deu recursos aos cafeicultores, fez investimentos estatais na construção de ferrovias e na mecanização da produção e barateou o transporte marítimo. O conjunto dessas práticas reduziu os custos da comercialização do café no mercado mundial e garantiu o lucro dos produtores.

Essas mudanças não apenas viabilizaram economicamente a contratação do trabalhador imigrante, como também o tornaram imprescindível: a nova lógica de produção (capitalista) era incompatível com o trabalho escravo. Foi nesse contexto que ocorreu o fortalecimento econômico dos paulistas, que passaram a interferir cada vez mais no poder político.



Imigrantes trabalhando em fazendas de café em Araraquara (SP), c. 1902.

Para as classes dominantes do Brasil, o problema da força de trabalho estava encaminhado com o incentivo do trabalho livre assalariado do imigrante europeu, o que diminuiu a resistência da elite à ideia de abolição.

A escravidão poderia, então, ser abolida. A menor resistência à abolição, porém, não significou que o processo ocorreu sem luta: o movimento abolicionista é considerado um dos principais movimentos de mobilização popular de natureza política no Brasil do século XIX.

Há incontáveis casos de fuga massiva de escravos e de diferentes formas de insurreição popular. Grupos agrários não ligados à escravidão, setores da classe média urbana, como intelectuais, profissionais liberais e estudantes universitários, participavam de protestos, editavam jornais e fundavam associações em defesa da abolição da escravatura.

Quando a Lei Áurea foi decretada, em 13 de maio de 1888, a abolição já era um fato consumado na prática – e não um desejo exclusivo da princesa Isabel, regente do Brasil naquele momento em que assinou a lei.



ASSISTA!

História – Volume 4

Imigração

O vídeo aborda o processo de imigração no século XIX, mostrando a chegada de europeus e japoneses à costa brasileira, para trabalhar nas lavouras de café, no momento da abolição da escravidão.

ATIVIDADE 1 Sociedade de classes

Leia atentamente o texto a seguir.

Como a Abolição resultara mais do desejo de livrar o país dos inconvenientes da escravidão do que de emancipar o escravo, as camadas sociais dominantes não se ocuparam do negro e da sua integração na sociedade de classes. O ex-escravo foi abandonado à sua própria sorte. Suas dificuldades de ajustamento às novas condições foram encaradas como prova de incapacidade do negro e da sua inferioridade racial. [...]

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9. ed. São Paulo: Unesp, 2010, p. 343.



Agora, pense sobre as questões apontadas no texto e responda:

1 Levando-se em conta o trecho lido, explique o que quer dizer “o ex-escravo foi abandonado à sua própria sorte”.

2 Um dos aspectos que se pode identificar como uma problemática derivada do período escravista brasileiro diz respeito ao Brasil ser ou não uma democracia racial. Em sua opinião, o Brasil é uma democracia racial? Justifique sua resposta.

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - Sociedade de classes

1 Conforme os estudos realizados por você, sua resposta precisaria ter indicado que os ex-escravos foram abandonados à própria sorte porque, apesar do fim da escravidão e do direito à liberdade, não havia emprego, convivência social nem garantia dos direitos básicos, como moradia, trabalho e alimentação, aos quais as classes dominantes tinham acesso.

2 Embora a questão tenha pedido seu posicionamento, leve em consideração que:

- os antigos escravos não foram acolhidos nem incorporados à sociedade, pois eram considerados inferiores;
- essa crença na inferioridade dos negros ainda está presente em nossa sociedade até os dias de hoje, ainda que seja de maneira disfarçada.



Mas que inadequação era essa? O crescimento econômico paulista e o desenvolvimento capitalista exigiam mudanças na distribuição e na gestão do poder que o Império não conseguia fazer. Em outras palavras, era preciso abrir espaço para os novos grupos poderosos do País (em especial, os cafeicultores paulistas e mineiros e o exército) e modificar as formas de exercer o poder, até então fundamentadas nos interesses dos fazendeiros escravistas.



VOCÊ SABIA?

A proclamação da República no Brasil, diferentemente do que aconteceu em outros países da Europa e do continente americano, não se deu mediante um conflito armado.

Líderes republicanos do exército brasileiro, que planejavam uma insurreição militar, puseram-na em prática ao convencer o marechal Deodoro da Fonseca – até então um monarquista convicto – a liderar o golpe.

Na madrugada de 15 de novembro de 1889, as tropas rebeldes se reuniram no Campo de Santana, no Rio de Janeiro. Um grupo de soldados rebelados foi enviado até o Paço Imperial, no centro da cidade, e depôs o chefe de governo, o visconde de Ouro Preto. O imperador dom Pedro II, que estava em Petrópolis, foi informado do golpe republicano quando retornou ao Rio de Janeiro. Ele não ofereceu resistência e, desiludido, foi enviado com a família imperial ao exílio na Europa. Naquele momento, Deodoro da Fonseca tornou-se o primeiro presidente da República do Brasil.

Nos últimos vinte e cinco anos do século XIX, o Brasil vivenciou diversas transformações econômicas, as quais fortaleceram novos grupos, como os cafeicultores paulistas, que eram a favor da república porque ela lhes proporcionaria maior participação política. Essas transformações estavam intimamente relacionadas com a expansão do capitalismo mundial.

A expansão do capitalismo ampliou a necessidade mundial por gêneros primários (termo que você já estudou nesta Unidade, lembra?). Isso ocorreu por dois motivos principais:

- aumento da produção de matérias-primas, como os minérios, destinados para a indústria dos países que as possuíam;
- aumento da produção de gêneros para o consumo em massa, como os produtos agropecuários.

No Brasil, ao final do século XIX, houve um surto de exportação de dois produtos primários, além do café: a borracha da Amazônia e o cacau da Bahia.

Além de fortalecer os latifundiários produtores desses gêneros, a expansão da produção exigiu investimentos em infraestrutura. No caso paulista, tais investimentos ocorreram na região do centro-oeste, onde as áreas rentáveis para a plantação de café aumentavam. Essa realidade também se reproduzia no continente: onde havia produção para a exportação, havia investimento em



infraestrutura. Calcula-se que, em 1870, havia aproximadamente 2,8 mil quilômetros de estradas de ferro construídas na América Latina. Trinta anos depois, seriam mais de 41 mil quilômetros.

Por sua vez, regiões que não produziam gêneros para exportação em grande escala eram simplesmente excluídas do crescimento econômico.

Como consequência de todo esse investimento, paralelamente à crescente economia cafeeira, ocorreu um processo de urbanização. As cidades tiveram suas vias ampliadas, praças e parques foram criados, obras de saneamento básico foram feitas e houve modificações de transportes nos bairros mais ricos. Ainda que o País fosse predominantemente rural, nas cidades brasileiras foram fundados jornais que defendiam os valores da modernidade e apoiavam ideias republicanas.

Nessa época, também havia ocorrido o fortalecimento do exército após a vitória na Guerra do Paraguai. Parte dos militares sentia que o governo monárquico não lhe dava o merecido reconhecimento e desejava maior participação na política nacional.

ATIVIDADE

1

A economia brasileira no final do século XIX

Faça uma pesquisa sobre a produção cafeeira no Brasil. Utilize a internet, livros, revistas e/ou jornais. Com base nas informações que encontrar, responda:

1 Qual é a relação entre o aumento da produção do café, sua exportação e o trabalho operário?





VOCÊ SABIA?

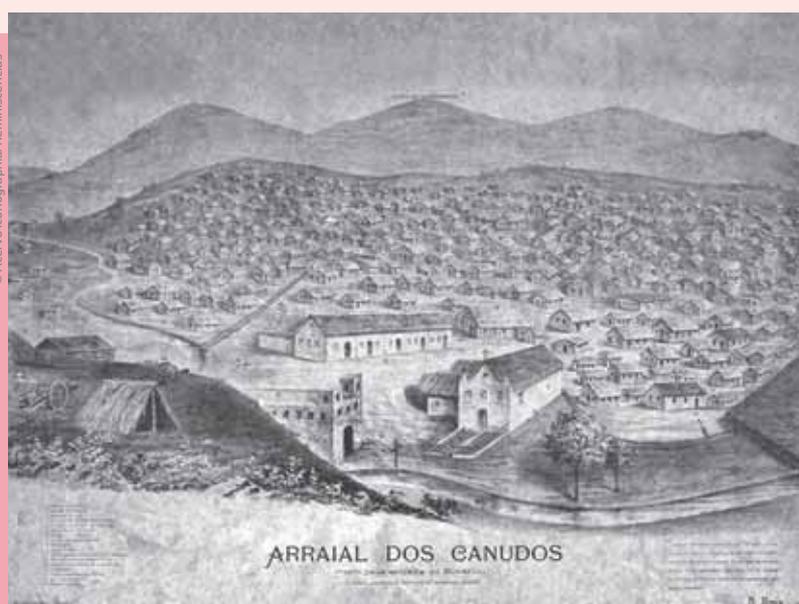
No final do século XIX, milhares de trabalhadores pobres se reuniram no sertão da Bahia, sob a liderança de Antônio Conselheiro, e fundaram uma comunidade.

Essa comunidade, que chegou a ter mais de 30 mil pessoas, ficou conhecida como arraial dos Canudos. A república não tolerou essa tentativa de autonomia popular. Sucessivas expedições militares foram enviadas para desfazer o arraial. Porém, só obtiveram sucesso, em 1897, quando o exército se impôs e o arraial foi completamente destruído, e muitos de seus integrantes foram assassinados ou presos. Esse episódio é conhecido como Guerra de Canudos. Os acontecimentos desse trágico evento foram narrados em detalhes por Euclides da Cunha, na sua obra *Os sertões* (1902).



Flávio de Barros. (Coleção Canudos) / Arquivo Museu da República

Mulheres e crianças de Canudos presas durante os últimos dias de resistência do arraial.



© Arquivo Iconographia/Reminiscências

Reprodução de como seria o arraial no sertão baiano.



FICA A DICA!

O filme brasileiro *Guerra de Canudos* (direção de Sérgio Rezende, 1997) é baseado na história real do movimento liderado por Antônio Conselheiro e mostra o enfrentamento entre o exército nacional e os trabalhadores.

Capitalismo dependente

O café proporcionou um importante aumento de capital para o desenvolvimento das primeiras indústrias nacionais. Sobretudo a partir de 1870, surgiram pequenas fábricas de móveis e de artefatos de ferro. A produção de bens de consumo não duráveis também cresceu: fábricas de velas, chapéus, bebidas, laticínios, entre outras. Essas indústrias instalavam-se, geralmente, na região Sudeste, nas cidades das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em São Paulo, no final do século XIX, por exemplo, surgiram as Indústrias Matarazzo e o Cotonifício Crespi.

No Brasil, como ocorrera na Europa séculos antes, formava-se o embrião de uma nova classe social, a burguesia industrial. De modo geral, a formação do capitalismo nos países da América Latina foi diferente da trajetória europeia por vários motivos. O principal é que ele não evoluiu somente a partir de um movimento interno: as relações com o mercado mundial estimularam decisivamente esse processo. Quando o capitalismo foi implementado na América (a partir da segunda metade do século XIX), ele já estava bem estabelecido na Europa (desde o século XVIII). Sendo assim, foi o capitalismo europeu que determinou as regras na América Latina.

Mas esse estímulo internacional tampouco foi o único responsável pelo desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Ele combinou impulsos externos e internos, em um processo que o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes chamou de “modernização induzida”. Quer dizer, a modernização do Brasil não foi completa e, onde ela aconteceu, foi por causa da relação de um segmento social com a economia externa.



Se você consultar o Caderno do Volume 2 (que trata da formação do movimento operário na Europa a partir da Revolução Industrial), verá que, em 1848 – mesmo ano em que Karl Marx e Friedrich Engels escreveram o *Manifesto do Partido Comunista* –, em muitos países houve revoluções que acabaram sendo derrotadas.

Também poderá observar que, em 1871, trabalhadores franceses assumiram durante alguns dias o comando da cidade de Paris e ensaiaram a construção de uma nova sociedade, em um movimento que ficou conhecido como Comuna de Paris.

Você já notou que, enquanto isso acontecia na Europa, a maioria dos trabalhadores no Brasil ainda era composta de escravos? O que esse fato pode indicar sobre o Brasil desse período?

3 Qual era a relação entre a Lei de Terras, a abolição da escravidão no Brasil e a vinda de imigrantes para o País?

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - A economia brasileira no final do século XIX

1 Você pôde notar, por meio de sua pesquisa, que os cafeicultores necessitaram de mais mão de obra, à medida que a produção cafeeira aumentou (em um período de cinco anos, houve um crescimento gigantesco) e o tráfico de escravos se restringiu, a partir de 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz. É nesse contexto que se insere a abolição da escravidão no Brasil e a chegada em massa dos imigrantes. Parte desses trabalhadores de origem europeia foi trabalhar nas fazendas de café, mas parte deles foi viver nas cidades, como São Paulo, onde se tornaram operários das indústrias.

2 Sua resposta poderia ter incluído o seguinte: os principais investimentos foram a construção de ferrovias, a melhoria dos processos de importação e exportação e o desenvolvimento de bancos e indústrias.

Atividade 2 - Sistematizando seus conhecimentos

1 Com base em seus estudos, você precisaria ter destacado os seguintes problemas: o fato de todas as decisões serem tomadas de acordo com os interesses da elite proprietária de terras; a manutenção de um longo sistema de escravidão sem uma política de transição desse sistema para o de trabalho assalariado, o que provocou a exclusão social dos antigos escravos; e a permanência do latifúndio monocultor, voltado para atender às demandas do mercado externo.

2 Você estudou que as principais reivindicações eram o fim do trabalho escravo e a proclamação da República expressa, na maioria das vezes, pelo desejo de independência das antigas províncias, que almejavam se tornar países independentes. Por exemplo: a **Revolução Farroupilha** (ou Guerra dos Farraços) e a **Revolta dos Cabanos**. A primeira ocorreu no Rio Grande do Sul e foi liderada pelos grandes proprietários que queriam proclamar uma república independente. A Revolta dos Cabanos tinha à frente mestiços, índios, negros e pobres paraenses que lutavam contra os desmandos dos portugueses.

3 Ao ler o texto *O fim da escravidão no Brasil*, você pôde compreender que a Lei de Terras foi propositalmente criada em um contexto de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, estabelecendo que a propriedade da terra só poderia se dar pela compra. Mas a lei fixou preços muito altos para as terras, de modo que apenas os grandes latifundiários podiam comprá-las. Isso obrigou os imigrantes recém-chegados a vender sua força de trabalho para os cafeicultores, já que tais imigrantes não tinham condições de comprar essas terras e de se tornar proprietários. Com essa mão de obra assalariada barata disponível, os proprietários podiam dispensar o trabalho escravo.

TEMAS

1. O capitalismo no Brasil
2. A Primeira República ou República Velha (1889-1930)
3. A Era Vargas
4. O retorno de Getúlio ao poder

Introdução

Esta Unidade abordará a História do Brasil entre o início da república, em 1889, e o último governo de Getúlio Vargas, que terminou em 1954. De início, serão analisadas as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, uma questão essencial dessa fase. Na sequência, o período será dividido em duas partes, segundo suas características políticas: a Primeira República (1889-1930) e os dois governos de Vargas (1930-1945; 1951-1954).

Durante a Primeira República, também conhecida como República Velha, diversos presidentes alternaram-se no poder, geralmente representantes dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Os anos seguintes foram dominados pela liderança de Getúlio Vargas, que governou o País por muitos anos, ora como ditador, ora como presidente e eleito democraticamente, até o seu suicídio em 1954. Na esfera internacional, observa-se a repercussão, não somente no Brasil, mas em toda a América Latina, de acontecimentos diversos, como as duas grandes guerras mundiais, a Revolução Russa, a ascensão do fascismo, a Crise de 1929 e a Guerra Fria (Temas que você pode consultar no Volume 3).

Na primeira metade do século XX, o desenvolvimento da indústria nas zonas urbanas, sobretudo no Sudeste brasileiro, fez emergir duas classes sociais com interesses divergentes: uma nova burguesia urbana, dona das indústrias e do comércio, e o operariado, formado pela classe trabalhadora. Tais classes passaram a conviver com a burguesia agrária, formada pelos donos das grandes propriedades rurais, e com o trabalhador rural.

Mas, apesar do desenvolvimento da indústria, o Brasil continuou sendo exportador de produtos primários (matérias-primas) e importador de produtos manufaturados e industrializados. E, como o País ainda era essencialmente agrário, a população, em sua maioria, vivia e exercia suas atividades no campo.

A dívida externa (a quantia que o Brasil devia no exterior, por causa dos empréstimos feitos com bancos ou governos estrangeiros) aumentou ainda mais, e as divergências de interesses no interior das classes – e entre elas – são uma característica do período. Com o crescimento do trabalho assalariado, por exemplo, surgiram novas formas de organização e de reivindicação trabalhistas.

Desenvolvimento do capitalismo brasileiro

Muita coisa mudou no Brasil entre a proclamação da República (1889) e o suicídio de Getúlio Vargas (1954).

Entre essas mudanças, observa-se o desenvolvimento considerável da economia do País. O motor inicial dessa evolução foi a exportação de café, concentrada na região Sudeste

O dinamismo da economia de exportação possibilitou um acúmulo de capitais favorável à instalação das primeiras indústrias nacionais ainda na segunda metade do século XIX. São consideradas nacionais não somente porque se instalaram no Brasil, mas porque se tratava de investimento de brasileiros no País. Quando essas indústrias produziam para consumo dos próprios brasileiros, elas estavam orientadas para o mercado interno. Tratava-se de uma novidade importante em relação à produção desde o período colonial: pela primeira vez, formava-se um setor da economia que não estava voltado para a exportação, mas para atender às necessidades da população brasileira.



Família de imigrantes trabalhando na colheita de café.

Um processo semelhante acontecia no campo. Imigrantes europeus, e depois japoneses, fortemente motivados para se tornarem proprietários de terra, pressionaram pela difusão da pequena propriedade rural produtora de gêneros para consumo interno. Além disso, o crescimento das cidades exigia seu abastecimento com gêneros alimentícios e demais produtos, como móveis, materiais de cozinha e de limpeza, roupas, sapatos etc. Mas a produção monocultora da grande propriedade não atendia a tal necessidade. Assim, embora o latifúndio

monocultor para exportação ainda dominasse a paisagem rural (como acontece ainda hoje), também no campo formava-se um setor da economia voltado para o mercado interno, principalmente na região Sul do Brasil.

Essa produção voltada para o mercado interno está relacionada com o crescimento da classe consumidora brasileira. Nas zonas urbanas, o crescimento das indústrias teve como consequência a ampliação do número de trabalhadores assalariados que podiam, mesmo com dificuldades, comprar algumas das coisas de que necessitavam. Eram, portanto, consumidores. Essa foi uma mudança fundamental em relação aos tempos da escravidão. Isso, porém, não significava que os problemas dos trabalhadores estivessem resolvidos.

Os primeiros direitos trabalhistas criados no Brasil são do final do século XIX. Entretanto, no início do século XX, a organização desses trabalhadores fez que eles conseguissem ampliar os direitos trabalhistas e de cidadania, que fortaleceriam seu poder de reivindicação diante do governo. À medida que o trabalho assalariado se consolidava como a relação de trabalho predominante, o capitalismo se estabelecia definitivamente no Brasil.



O detalhe do painel representa a classe trabalhadora brasileira, composta por operários da indústria e trabalhadores rurais. [Clóvis Graciano. *História do desenvolvimento paulista*, 1969. Detalhe de painel em azulejos na Avenida Rubem Berta, São Paulo (SP).]

ATIVIDADE 1 As mudanças do desenvolvimento

De acordo com o texto *Desenvolvimento do capitalismo brasileiro*, escreva, nas linhas a seguir, pelo menos três grandes mudanças que ocorreram na economia e/ou na sociedade brasileira durante o período inicial do desenvolvimento do capitalismo no País.



Contradições do capitalismo brasileiro

É possível apontar uma contradição geral que marca a evolução do capitalismo brasileiro: de um lado, uma economia voltada para a exportação e baseada na superexploração do trabalhador; de outro, uma economia direcionada para o mercado interno, que dependia de um aumento do poder aquisitivo do trabalhador brasileiro.

No período colonial (1500-1822), ocorreu algo semelhante: embora a colônia produzisse para a exportação, foi necessário desenvolvê-la para o progresso da metrópole. Só que tal desenvolvimento possibilitou o surgimento de interesses contrários aos da metrópole, o que, conseqüentemente, impulsionou o processo de independência.

O modo como se desenvolveu o capitalismo no Brasil, a partir do século XIX, resultou na constituição de dois setores econômicos relacionados entre si, mas com interesses distintos: a monocultura voltada para a exportação e a produção voltada para o mercado interno. O setor exportador acompanhou as tendências internacionais: exportou mais quando os países desenvolvidos precisaram. Desse modo, grandes exportadores tinham seus interesses vinculados a esse mercado internacional. O mercado interno, por sua vez, teve uma dinâmica vinculada ao consumo no próprio País. Assim, os empresários que produziam para o consumo dos brasileiros tinham interesses econômicos vinculados ao território nacional.

Portanto, os interesses desses dois segmentos da burguesia daquela época eram distintos: um considerava mais importante investir na exportação e continuar vinculado ao capital internacional, superexplorando os trabalhadores para manter o preço do café competitivo, enquanto o outro propunha incentivos

para promover um desenvolvimento econômico nacional mais autônomo. Para obter essa autonomia, a indústria nacional demandava o crescimento do consumo interno, o que exigia o aumento do poder aquisitivo do trabalhador. Isso significava pagar melhores salários, o que contrariava a superexploração do trabalho, traço típico do capitalismo.

Esses dilemas marcaram a História da sociedade brasileira no século XX.



Por conta da exploração, típica do capitalismo, os trabalhadores tiveram uma condição de vida, muitas vezes, indigna para qualquer ser humano. Eles sofreram não somente com sua condição econômica, mas também com a exclusão social.

Veja, a seguir, a imagem de uma pintura de Tarsila do Amaral que causou grande impacto na década de 1930, porque expunha a condição socioeconômica da maioria dos trabalhadores vindos do campo para a cidade grande.



Tarsila do Amaral. *Segunda classe*, 1933. Óleo sobre tela, 110 cm x 151 cm. Coleção Fanny Feffer.

A imagem representa uma família de trabalhadores obrigados a viajar de segunda classe. Da separação nos transportes – como trens, navios e aviões –, marcada pela diferença de poder aquisitivo entre as pessoas, surgiu a expressão “pessoa de segunda classe” ou “cidadão de segunda classe”. Essas expressões eram usadas por algumas pessoas ricas para se diferenciar e discriminar os que não eram da “primeira classe”.

Ainda que nosso País tenha se tornado mais democrático que na época em que Tarsila pintou seu quadro, você acredita que esse preconceito tenha deixado de existir nos dias de hoje? Por quê?

ATIVIDADE 2 Desencontros no capitalismo brasileiro

De acordo com o texto *Contradições do capitalismo brasileiro*, escreva quais foram os dois setores econômicos que entraram em oposição entre si no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e o porquê.

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - As mudanças do desenvolvimento

Sua resposta para a questão dessa atividade precisaria ter contemplado pelo menos três das seguintes mudanças:

- instalação das primeiras indústrias nacionais, em função do acúmulo de capitais possibilitado pela economia cafeeira no final do século XIX;
- produção para consumo dos próprios brasileiros, isto é, orientada para o mercado interno em oposição à produção em grandes latifúndios voltada para o mercado externo;



- difusão da pequena propriedade rural produtora de gêneros para consumo interno, motivada pelo interesse dos imigrantes em se tornar proprietários de terras e pelas demandas das cidades que cresciam, especialmente no Sul do Brasil;
- ampliação do número de trabalhadores assalariados nas zonas urbanas, em função do crescimento das indústrias;
- início da luta por direitos trabalhistas e por direitos de cidadania entre os trabalhadores.

Atividade 2 - Desencontros no capitalismo brasileiro

Os setores que estavam em oposição em relação aos interesses divergentes sobre os rumos que a economia brasileira deveria seguir eram: o setor da monocultura cafeeira voltada para a exportação e o setor dos empresários que produziam para o consumo dos brasileiros (para o mercado interno). Esses dois grupos entraram em oposição, pois o grupo dos empresários do café considerava mais importante investir na exportação e continuar vinculado ao capital internacional, superexplorando os trabalhadores para manter o preço internacional desse produto competitivo. Já o grupo dos empresários que produziam para o mercado interno (para o povo brasileiro) propunha incentivos a fim de promover um desenvolvimento econômico nacional mais autônomo (menos dependente do mercado internacional) e exigia o aumento do poder aquisitivo do trabalhador brasileiro, pois a indústria nacional demandava crescimento do consumo interno.



Registro de dúvidas e comentários



Neste Tema, você vai estudar as principais características sociais e políticas, bem como os principais acontecimentos, que marcaram o início da república no Brasil, período em que o País foi controlado pelas oligarquias rurais, ou seja, os grandes proprietários de terra pertencentes à elite agrária.

O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Você já ouviu falar de voto de cabresto? E de voto comprado ou voto em troca de favores? Será que isso ainda existe no Brasil? Por que isso acontece?

Escreva o que você pensa sobre esse assunto nas linhas a seguir.

A República das Oligarquias

A República das Oligarquias corresponde ao período da História do Brasil em que o País foi controlado politicamente pelas oligarquias paulistas e mineiras. Essas oligarquias eram formadas pelos grandes proprietários rurais da região Sudeste. As principais características desse período foram: o crescimento das indústrias e, como consequência, da classe operária; o coronelismo (troca de favores entre coronéis e população local); o tenentismo (movimento social de caráter político-militar); e a “política do café com leite” (alternância no governo federal entre paulistas e mineiros).

No contexto da expansão do capitalismo, a economia brasileira passou por um período de progresso. A exportação de café foi acompanhada pelo surgimento de indústrias e pelo crescimento das cidades.

O desenvolvimento das cidades fez a comunicação e a infraestrutura avançarem nas regiões economicamente dinâmicas, sobretudo na região Sudeste. Com o aumento do número de indústrias, cresceu o contingente de operários. As condições precárias em que eles viviam e a falta de uma legislação trabalhista os levaram a mobilizações e lutas por direitos.

Em 1917, no mesmo ano em que acontecia a Revolução Bolchevique na Rússia, uma greve geral, a mais importante entre muitas que ocorreram naqueles anos, parou a cidade de São Paulo. Pouco depois, em 1922, fundou-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Como se pode notar, o movimento operário, apesar da repressão sofrida, cresceu lutando por direitos trabalhistas.

Grande parte desses operários era formada por imigrantes europeus, entre eles italianos, influenciados pelas ideias socialistas e **anarquistas**.

Washington Luís, ex-governador de São Paulo, declarou, certa vez, que a questão operária era um caso de polícia, deixando claro como o Estado lidava com as questões trabalhistas durante a República Velha.

Esses movimentos operários, que reagiam às péssimas condições de trabalho, ocorriam, principalmente, no Sudeste. Isso porque nessa região se desenvolviam as áreas urbanas, com o crescimento das indústrias e da população urbana. Nas demais regiões do País, predominava a população rural que, sem acesso à propriedade da terra, se submetia a trabalhar nas terras dos grandes senhores, a quem deviam a mais completa obediência e submissão. Desse modo, as diferenças entre as regiões do Brasil acentuaram-se, sem que houvesse políticas públicas para integrar o País como um todo.

Durante a Primeira República, nem todas as pessoas tinham direito de participação política por meio do voto. Apesar de a Constituição republicana de 1891 ter eliminado a exigência de uma renda mínima para garantir o direito de votar, somente eram considerados eleitores os homens, maiores de 21 anos, alfabetizados. Estavam excluídos: analfabetos, mendigos, praças militares e mulheres. Com isso, grande parte da população brasileira era excluída da participação política.

O poder dos coronéis e a política do café com leite

Durante a República Velha, nas zonas urbanas e, principalmente, nas zonas rurais, havia chefes políticos, conhecidos como “coronéis”, que controlavam o voto das pessoas que estavam sob sua dependência. Eles exigiam que os eleitores votassem nos candidatos por eles indicados. Em troca do voto, os coronéis prestavam favores dos mais variados tipos: desde dar roupas e sapatos de presente e levar alguém doente para o hospital, até arrumar vaga no serviço público do município sob seu domínio político.



Anarquista

Aquele que nega a autoridade do Estado ou qualquer forma de poder/organização que possa representar o Estado. O grande objetivo dos anarquistas é a construção de uma sociedade igualitária, organizada com base em experiências comunitárias.

O território de domínio político do coronel era conhecido como o seu “curral eleitoral”. Por isso, esse tipo de voto ficou conhecido como “**voto de cabresto**”. Na prática, ocorriam trocas: o coronel garantia a seu eleitor proteção e favores, inclusive econômicos, enquanto o eleitor lhe dava o voto. Ao se referirem aos cidadãos como se fossem gado, essas expressões revelavam os estreitos limites da liberdade política no Brasil republicano.

Em algumas regiões do Brasil, como as áreas do interior do Nordeste, o poder dos coronéis era muito grande, inclusive com forças militares próprias. Em outras regiões, como nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os chefes políticos locais se submetiam aos governadores dos Estados.

A força econômica de São Paulo e de Minas Gerais fazia paulistas e mineiros terem destaque na política nacional, revezando-se na presidência da República. Esse “rodízio” ficou conhecido como a “**política do café com leite**”, uma vez que São Paulo era um Estado importante economicamente por ser grande produtor de café e Minas Gerais, grande produtor de leite. O Estado mineiro também era importante do ponto de vista político por ser um dos maiores colégios eleitorais do País.

No início do período republicano, a maior parte dos interesses regionais de outros Estados não era contemplada pelo governo federal, comandado, basicamente, por paulistas e mineiros, que se sucediam no poder. Por esse motivo, quando Washington Luís quis impor outro paulista como seu sucessor em 1930, forças lideradas pelo gaúcho Getúlio Vargas se levantaram, dando outro rumo à forma de se fazer política no Brasil.



Cabresto

Correia colocada na cabeça do animal e que serve para amarrá-lo ou guiá-lo.



VOCÊ SABIA?

Entre 1922 e 1924, militares de média e baixa patentes protagonizaram diversos enfrentamentos com o Estado brasileiro.

Esse movimento ficou conhecido como “tenentismo” e pretendia moralizar as instituições. Buscaram mobilizar a população, principalmente a urbana, e as oligarquias dissidentes, ou seja, as que não se beneficiavam com o poder controlado pelos oligarcas paulistas e mineiros.

Derrotados militarmente, uma parte dos revoltosos se reorganizou no interior do Brasil, sob o comando de Miguel Costa e Luís Carlos Prestes. Conhecido como Coluna Prestes, esse grupo percorreu aproximadamente 25 mil quilômetros pelo País em mais de dois anos, com a intenção de semear a revolução, pregando reformas políticas e sociais contra a exploração das camadas mais pobres. No final do processo, Prestes aderiu ao comunismo e se tornou a principal liderança do Partido Comunista Brasileiro.

ATIVIDADE 1 Voto de cabresto

Você sabe o que são charges? Charges são imagens, baseadas em fatos do dia a dia, que podem ser complementadas com palavras. Nas charges, os autores, normalmente, usam o humor para ironizar uma determinada situação. Elas são bastante utilizadas para analisar, de forma crítica, situações políticas, questões cotidianas e aspectos da vida social.

Procure compreender a charge a seguir, observando atentamente a imagem em relação ao texto escrito.



O título da charge (*As próximas eleições... "de cabresto"*) é uma ironia à situação política na época da Primeira República no Brasil. De acordo com o texto *A República das Oligarquias*, como é possível interpretar essa charge?



Revolução de 1930

Durante a República Velha, houve a chamada “política do café com leite”, em que presidentes paulistas alternavam o poder com mineiros. Essa política, porém, entrou em crise nas eleições de 1930, quando as lideranças paulistas romperam a aliança com Minas Gerais e o presidente Washington Luís indicou outro paulista para a presidência: Júlio Prestes. Em oposição a esse ato, as lideranças de Minas Gerais e da Paraíba apoiaram a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas. Só que quem se elegeu foi Júlio Prestes.

Por causa da derrota, o movimento oposicionista liderado por Vargas e apoiado pelos militares deu um golpe de Estado, impedindo Júlio Prestes de tomar posse como presidente da República. Com o golpe, Getúlio assumiu o poder, estabelecendo um governo provisório. Esse episódio ficou conhecido como Revolução de 1930.

No plano político, o golpe foi de grande importância. Encerrou a Primeira República, inaugurando uma nova etapa na política brasileira. O governo provisório de Getúlio contava com o apoio de diferentes grupos sociais e políticos. Ele reunia a crescente burguesia industrial, os segmentos das classes médias urbanas e as oligarquias dos Estados que rivalizavam com São Paulo. Os grandes perdedores eram os membros da oligarquia paulista, ainda que Vargas tivesse clareza de que não podia abandonar o setor cafeeiro. Por contar com o apoio dos diversos grupos, o presidente incentivou a diversificação da economia e do mercado interno.

Diante dessa diversidade de forças que apoiaram o golpe, o novo governo tratou logo de centralizar em suas mãos as decisões econômicas e políticas e tentar articular os diferentes interesses que estavam em jogo.

Um novo tipo de governo surgiu com Getúlio: do ponto de vista econômico, o governo getulista procurou promover o capitalismo, incentivando a industrialização de caráter nacional. Do ponto de vista social, procurou articular uma aliança entre a burguesia industrial e os trabalhadores. Do ponto de vista da segurança interna, fortaleceu as Forças Armadas e, em especial, o Exército.

Durante o governo provisório de Vargas, os paulistas não aceitaram o novo encaminhamento político e econômico que, segundo eles, representava uma ameaça real ao seu próprio poder econômico. Alegando que o governo provisório de Vargas tomava feições ditatoriais, decidiram recorrer às armas.

A **Revolução Constitucionalista**, como ficou conhecida, ocorreu entre julho e outubro de 1932 e exigia a deposição do governo provisório de Getúlio e o estabelecimento de uma nova Constituição. A revolta contou com intensa mobilização popular, participando dela diferentes setores da sociedade paulista: industriais, estudantes, membros da pequena burguesia e também operários. Apesar disso, o movimento ficou isolado e as oligarquias dos outros Estados não aderiram a ele.

Os paulistas foram derrotados, mas a derrota militar não trouxe prejuízo político ou econômico significativo para as classes dominantes do Estado de São Paulo. Ao contrário, Vargas sinalizou que pretendia governar com os paulistas e não contra eles. E assim foi feito. Para atender a uma das exigências da Revolução, ele convocou eleições para a Assembleia Nacional Constituinte que daria origem à Constituição de 1934.

Então, quando, em 1937, Vargas instituiu o Estado Novo, iniciando uma ditadura de fato, os paulistas que haviam se revoltado alguns anos antes não se opuseram.

1934-1937

A Assembleia Nacional Constituinte, convocada por Vargas, reuniu oligarquias regionais, tenentistas, representantes classistas (como médicos, sindicalistas e advogados), representantes da Igreja Católica e integrantes de partidos políticos. Ela foi responsável pela promulgação, em 1934, de uma nova Constituição, que substituiu a de 1891.

A nova Constituição estabelecia uma república federativa (como já o havia feito a Constituição de 1891). Ela garantia o voto secreto e obrigatório a todos os cidadãos e o estendia às mulheres. Do ponto de vista econômico, a carta constitucional nacionalizava as riquezas do subsolo (minerais), o que era uma garantia para a economia e a defesa do País. Do ponto de vista social, o texto constitucional previa, para os trabalhadores urbanos, salário mínimo, regulamentação do trabalho das mulheres e das crianças, descanso semanal, jornada diária de oito horas de trabalho, férias remuneradas, indenização quando a dispensa era sem justa causa, entre outras conquistas.

Essa Constituição, porém, não durou muito tempo, já que, em 1937, Vargas fechou o Congresso Nacional e instaurou a ditadura, que ficou conhecida como Estado Novo. Uma nova Constituição foi outorgada em 1937, suprimindo direitos políticos da população. Mas qual foi o pretexto que levou Vargas a dar um golpe de Estado e instaurar uma ditadura?

Ao longo da década de 1930, duas correntes de pensamento ganhavam espaço entre parcelas da população brasileira. De um lado, em 1932, foi criada a Ação **Integralista** Brasileira, de tendência fascista, que defendia o fortalecimento do Estado e o autoritarismo. De outro lado, em 1935, foi criada a Aliança Nacional Libertadora, a ANL, de influência comunista.



Integralista

Referente ao integralismo, movimento político de extrema direita e ultranacionalista, inspirado no fascismo italiano.

Ligado à ANL, um grupo de comunistas brasileiros, alguns deles saídos das fileiras do Exército, como o próprio Luís Carlos Prestes, realizou, em 1935, uma tentativa revolucionária de derrubar Getúlio, batizada pejorativamente pelos opositores como “Intentona Comunista”. Os revolucionários tinham receio do avanço dos integralistas no governo de Getúlio, por isso era preciso derrubá-lo. Mobilizando militares em Natal (RN), no Recife (PE), em Olinda (PE) e no Rio de Janeiro (RJ), o movimento fracassou em sua intenção de levantar a população contra o governo e foi duramente reprimido.

No início de 1937, um setor integralista do Exército forjou um documento denominado “Plano Cohen”, no qual inventou um plano de tomada do poder pelos comunistas. Com o pretexto da agitação em curso, Vargas, apoiado pelas Forças Armadas, fechou o Congresso e outorgou, isto é, impôs uma nova Constituição (a de 1937), de inspiração fascista. Iniciava-se a ditadura varguista, que seus formuladores chamaram de Estado Novo.

O Estado Novo manteve alguns dos princípios da Constituição de 1934: a criação da Justiça Eleitoral e do voto secreto para tentar acabar com o voto de cabresto; o fortalecimento dos Estados; a previsão de nacionalização de minas, jazidas mineiras, nascentes e cachoeiras; a criação da Justiça do Trabalho, do salário mínimo (que só entrou em vigor, de fato, em 1940), da jornada de trabalho de oito horas, das férias anuais remuneradas e do descanso semanal.



Os defensores paulistas da “Revolução” Constitucionalista de 1932 se diziam “defensores da liberdade” por lutarem contra um ditador (Getúlio Vargas), mas, ao mesmo tempo, temiam as reformas sociais e trabalhistas que Getúlio pretendia promover para melhorar a vida dos trabalhadores (como a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas – a CLT).



Nesse sentido, o movimento paulista defendia a liberdade de quem? De todos os brasileiros? Quais interesses estavam envolvidos nessa luta? Por qual grupo social eles realmente estavam lutando?

ATIVIDADE 1 A Revolução de 1930 e seus opositores

1 A Revolução de 1930, considerada mais um golpe de Estado do que uma revolução, teve grande importância no plano político brasileiro. Segundo o texto *Revolução de 1930*, qual foi essa importância?

Handwritten response area for question 1, consisting of multiple horizontal lines.

2 Em 1934, o governo “revolucionário” de Getúlio promulgou uma nova Constituição, que substituiu a de 1891. Apesar de ter tido vida curta, ela foi importante, pois em sua elaboração foi mobilizada a sociedade civil para expressar suas demandas. Cite alguns princípios da Constituição de 1934 que permanecem em vigor até os dias de hoje.

Handwritten response area for question 2, consisting of multiple horizontal lines.





O Estado Novo (1937-1945)

Durante o período denominado Estado Novo, o Parlamento, as assembleias estaduais e as câmaras municipais foram fechados. As liberdades civis asseguradas pela Constituição de 1934 foram suspensas e uma nova carta constitucional foi elaborada por Francisco Campos e outorgada em 1937. Intervindo nos governos estaduais quando fosse de seu interesse, Getúlio governou autoritariamente por meio de decretos-leis. Estabeleceu-se, portanto, um governo ditatorial.

Porém, não foi somente a força que assegurou o poder de Vargas. Do ponto de vista econômico, o crescimento industrial, acelerado durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), renovou as bases do capitalismo no País, o que fez que a classe burguesa apoiasse o governo varguista. As dificuldades da produção agrícola e industrial na Europa reduziam as importações brasileiras e isso incentivava a produção interna. Além disso, o preço do café, no início dos anos de 1940, voltou a subir no mercado externo, o que agradou à elite agrária.

Para expandir ainda mais o setor industrial brasileiro, o governo implantou indústrias de base, como a Companhia Vale do Rio Doce, hoje chamada apenas de Vale, e a Companhia Siderúrgica Nacional, que passaram a processar a grande quantidade de minérios existentes no País. Assim, foi impulsionada a produção de bens para o consumo interno, fortalecendo a indústria nacional.

O Estado Novo também criou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco e o Conselho Nacional do Petróleo (que esteve na raiz da criação da Petrobras, em 1953). O próprio Estado brasileiro cresceu e um órgão foi criado especialmente para gerir sua modernização: o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Sob a gestão de Getúlio, formou-se ainda o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Muitas dessas medidas foram consideradas nacionalistas. De fato, avançava-se na formação de um espaço econômico nacional. No entanto, as relações de trabalho no campo não mudaram, nem a dependência externa foi superada. O País ainda carecia de uma indústria de bens de capital (fábricas de máquinas para outras fábricas) e permanecia tecnologicamente atrasado e dependente. Mesmo com os avanços, o Brasil continuava, em grande parte, exportador de produtos primários.

A política trabalhista

A expansão industrial, que necessitava de mais mão de obra, multiplicou o número de operários que já crescia desde o começo do século XX. Durante o Estado Novo, as relações entre a burguesia industrial e os trabalhadores sofriam a interferência do Estado. Ao mesmo tempo que Getúlio procurava atender algumas das demandas sociais dos trabalhadores urbanos por direitos trabalhistas, agia de forma violenta e repressiva para manter o controle sobre a massa trabalhadora.

Em março de 1931, com a Lei de Sindicalização, Getúlio alterou o papel dos sindicatos, exigindo que esses encaminhassem as demandas dos trabalhadores pelas vias legais, isto é, por intermédio do Ministério do Trabalho. Dessa forma, os sindicatos se tornavam órgãos de colaboração com o poder público. Greves e outras formas de manifestações continuaram a ser consideradas ilegais e duramente reprimidas.



VOCÊ SABIA?

No Estado Novo, o sindicato que colaborava com o Estado era chamado de **pelego**, pois servia de intermediário entre os trabalhadores e o governo de Vargas, em vez de se concentrar na luta pelas reivindicações dos trabalhadores.



ASSISTA!

Mundo do Trabalho

Previdência social

O vídeo é um documentário sobre a Previdência Social. No documentário, são explicados os direitos dos contribuintes da Previdência Social e é frisada a importância da formalização do trabalho para garantir a seguridade social do trabalhador.

Apesar de sua importância para o novo momento econômico brasileiro, a princípio, os operários continuaram sendo tratados como “caso de polícia”, como tinham feito alguns governos anteriores. Entretanto, com o tempo, as demandas sociais dos trabalhadores urbanos por direitos trabalhistas, entre outros, não podiam mais ser ignoradas pelo governo de Vargas, que interpretou habilmente a nova realidade.

Dessa forma, em 1943, inspirado na *Carta del Lavoro* (Carta do Trabalho) do regime fascista italiano, Getúlio consolidou as leis trabalhistas, já conquistadas por diversas categorias nos anos anteriores, em um documento único – a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) – extensivo a todos os trabalhadores urbanos. Os trabalhadores rurais não eram explicitamente excluídos da legislação trabalhista, mas dependiam de uma lei especial para a sindicalização, que só foi introduzida em 1963.

Também foram criados, durante o governo Vargas, os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e a Justiça do Trabalho, e foram instituídos o salário mínimo e as férias remuneradas, conquistas já presentes na Constituição de 1934.

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), criada durante o governo Vargas, rege as relações de trabalho no Brasil até os dias atuais, com poucas modificações.

O fim do Estado Novo

Apesar dos “flertes” de Getúlio Vargas com o fascismo, o peso da influência estadunidense no Brasil e na América Latina foi determinante para que o País apoiasse os Aliados contra o Eixo, durante a 2ª Guerra Mundial, até mesmo enviando combatentes à Itália. Há quem analise esse alinhamento como gerador de uma contradição, já que um ditador brasileiro mandava tropas para lutar contra o fascismo na Europa.

Em fins de 1945, estavam previstas eleições para presidente, e a sociedade civil começou a se mobilizar para garantir que elas fossem realizadas. Getúlio, visando a ter a simpatia dos trabalhadores, iniciou uma transição para a democracia e concedeu anistia ao Partido Comunista Brasileiro, até então considerado ilegal. Com isso, o partido passou a apoiar o movimento denominado Queremismo (cujo nome vem do *slogan* “Queremos Getúlio”). Esse movimento defendia a continuidade de Getúlio no governo, comandando o processo de democratização, e uma nova Assembleia Constituinte. A proposta era que Getúlio fosse candidato para as novas eleições diretas que só deveriam acontecer depois. Era uma jogada política: Vargas pretendia manter-se no poder.

Os militares, juntamente aos opositores de Getúlio, temerosos em relação à aliança de Getúlio com o Partido Comunista Brasileiro, pressionaram e Vargas foi forçado a renunciar e a desistir da candidatura à presidência.

Assim, em 1945, Vargas foi deposto pelo alto comando do Exército.



VOCÊ SABIA?

Consciente de que o País se tornava uma sociedade de massas e graças às dificuldades que enfrentava para manter o poder somente à força, Getúlio começava a se preocupar com a propaganda do regime e com a própria imagem.

Governando de forma personalista, a fim de conquistar o apoio da população em geral, e construindo sua autoimagem como “pai dos pobres”, Getúlio criou, em 1939, o Departamento de Imagem e Propaganda, o DIP.

Enquanto a polícia perseguia opositores, censurava ideias que criticavam o governo e enchia as prisões do regime varguista, o DIP criava a imagem de Getúlio como “pai dos pobres”, expressão que o povo completava com: “... e mãe dos ricos”.

Essa maneira de fazer política ficou conhecida como “populismo” e não foi uma originalidade brasileira: os presidentes Juan Domingo Perón, na Argentina, e Lázaro Cárdenas, no México, que governaram mais ou menos na mesma época que Vargas, também são considerados exemplos de populistas.

Neste Tema, você vai estudar o último período do governo de Getúlio Vargas no Brasil, bem como suas consequências para os caminhos que a nação seguiria depois.

O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Você já ouviu falar do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES? E da Petrobras?

Escreva, nas linhas a seguir, o que você sabe sobre essas instituições e sua importância para o País.

O último governo Vargas

1945-1950: um período sem Vargas

As eleições realizadas no final de 1945 levaram à presidência um militar, Eurico Gaspar Dutra, que assumiu o poder no começo de 1946. Diferentemente de Getúlio, Dutra não procurou estabelecer vínculos populistas com os trabalhadores. Seu governo foi marcado pela aproximação brasileira com os Estados Unidos da América, alinhando-se a eles na Guerra Fria.

No plano econômico, acelerou-se a inserção de capitais estadunidenses no Brasil. Isso facilitou a importação de manufaturados e a instalação de multinacionais no País, o que aumentou as importações brasileiras e contribuiu para o esgotamento de nossos recursos. Na esfera política, o presidente Dutra rompeu relações com a União Soviética e, novamente, colocou o PCB na ilegalidade, cassando seus parlamentares recém-eleitos. Mesmo com a retomada formal das liberdades civis, as perseguições políticas aos movimentos sociais continuaram. Entre 1947 e 1950, registraram-se mais de 400 intervenções federais em sindicatos.

1951-1954

As eleições de 1950 trouxeram Vargas de volta ao poder Executivo, com quase 50% dos votos em uma eleição direta (em sua carta-testamento, ele escreveu: “Voltei nos braços do povo”). Seu mandato foi marcado por algumas contradições, tais como políticas nacionalistas, de um lado, e acolhimento dos interesses das multinacionais, de outro; políticas de incentivo à industrialização do País, de um lado, sem contrariar grandes produtores rurais, de outro; e atendimento das demandas dos trabalhadores, de um lado, e pressão política para não fazê-lo, de outro.

O presidente retomou políticas de cunho nacionalista, incentivando a industrialização baseada no investimento estatal e no apoio às empresas nacionais, sem, no entanto, desagradar os grandes latifundiários de terra. Nesse sentido, criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) para financiar a industrialização do País. O nacionalismo de Vargas ia contra os interesses imperialistas estadunidenses, pois tinha como objetivo o desenvolvimento da economia brasileira de forma autônoma.

Dentro dessa perspectiva, nasceu a campanha estatal “O petróleo é nosso”, resultando na criação da Petrobras. Essa política foi contra os interesses das multinacionais petrolíferas dos EUA, em especial a Esso. Mas, por outro lado, os interesses das multinacionais no País eram uma realidade que Getúlio não se dispunha a enfrentar plenamente. Pressionado pelo Parlamento, em 1953, Getúlio liberou as importações e a entrada e saída de capitais.

A política nacionalista de Vargas tinha opositores. Uma de suas maiores opositoras era a UDN (União Democrática Nacional), partido político liderado por Carlos Lacerda, que defendia uma política econômica liberal. Além da intensa oposição à sua política nacionalista, o governo Vargas enfrentava uma forte alta da inflação, uma carestia de alimentos e uma lentidão em resolver os problemas trabalhistas por meio da relação entre sindicato e governo. Este último fator levou ao aumento das mobilizações dos operários. Em março de 1953, por exemplo, 300 mil trabalhadores entraram em greve em São Paulo, contrariando a posição dos dirigentes sindicais.

Os dilemas do governo se evidenciaram em torno do salário mínimo. O ministro do Trabalho do governo Vargas, João Goulart (que se tornaria presidente do Brasil), propôs um aumento de 100% no salário mínimo no começo de 1954. No entanto, diante das pressões que sofreu, o governo recuou e Goulart foi demitido.

A oposição a Getúlio, liderada pelo deputado fluminense Carlos Lacerda, crescia, e Vargas procurou, novamente, o apoio dos trabalhadores. Em 1º de maio do mesmo ano, ele concedeu o aumento prometido.

Pressionado pelas contradições de sua política, o presidente suicidou-se poucos meses depois, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.



Você estudou, nesta Unidade, que os trabalhadores obtiveram importantes direitos trabalhistas durante o governo de Getúlio Vargas. Interpretada em sua época como uma conquista, a CLT tem sofrido tentativas de mudança, chamadas de flexibilização, em que certos direitos trabalhistas, como o pagamento de férias remuneradas, o FGTS, a licença-maternidade etc., não são mais contemplados em algumas relações trabalhistas, como na contratação de pessoas jurídicas.

Houve também, no governo de Vargas, a criação de importantes empresas estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, que foram privatizadas na década de 1990.

A flexibilização dos direitos trabalhistas e a privatização de empresas estatais seriam um avanço ou um atraso para o País? Quais grupos nacionais elas favoreceram? O que a flexibilização dos direitos trabalhistas pode causar aos próprios trabalhadores?

ATIVIDADE 1 O fim de Getúlio

De acordo com o texto *O último governo Vargas*, em seu último mandato como presidente do Brasil, Getúlio deparou-se com medidas contraditórias em seu governo, que, por fim, o fizeram se suicidar. Cite algumas dessas contradições.

TEMAS

1. O dilema da formação nacional
2. De Juscelino Kubitschek (JK) a João Goulart (Jango)
3. A ditadura militar no Brasil (1964-1985)

Introdução

Nesta Unidade, você vai estudar o governo de Juscelino Kubitschek (JK), de 1956 a 1961. Também serão abordados os acontecimentos que desencadearam o processo que deu origem ao golpe de 1964 e a instauração da ditadura militar, entre os anos de 1964 a 1985.

Você verá o significado desses períodos da História brasileira e os **dilemas** que eles criaram na formação da sociedade atual.

Esses dilemas podem ser resumidos em torno de um grande desafio: superar a articulação entre desigualdade social e dependência externa, que está na raiz da colonização do Brasil, para colocar o trabalho e a riqueza a serviço dos interesses e das necessidades da maioria da população brasileira.



Dilema

Nesse caso, a palavra tem o sentido de uma situação complicada, difícil, que obriga o indivíduo a escolher um determinado caminho, entre dois ou mais possíveis.

O dilema da formação nacional **TEMA 1**

O suicídio de Getúlio Vargas em 1954 foi sua última e grande jogada política contra seus opositores. Após a sua morte, uma grave crise de poder se instaurou com a disputa entre segmentos políticos e sociais com projetos diferentes para o País. Por trás dessa disputa, havia um dilema: escolher entre dois caminhos opostos para o Brasil. É sobre esse dilema que se tratará neste Tema, pois ele acabou por definir a História brasileira na segunda metade do século XX, que será estudada nesta Unidade.

**O QUE VOCÊ JÁ SABE?**

Na Unidade anterior, você estudou a Era Vargas, que ficou marcada por algumas contradições. Do ponto de vista econômico, pode-se destacar que, ao mesmo tempo que o governo incentivava a industrialização nacional, mantinha os interesses dos

grandes latifundiários e acolhia o interesse das multinacionais. Do ponto de vista social, apesar de o governo Vargas proporcionar alterações significativas na qualidade de vida da maioria da população, ele não criou meios que permitissem mudanças na diminuição da desigualdade social no País.

Tendo essas questões em vista, responda: Você sabe quando as empresas multinacionais se instalaram no Brasil? Quais mudanças elas trouxeram para a economia e para a sociedade brasileira? Registre suas ideias nas linhas a seguir.



O Brasil na encruzilhada: dependência ou independência?

Durante toda a sua História, o Brasil foi um país essencialmente agroexportador e extremamente desigual. Isso porque seu “papel” na economia capitalista internacional era o de exportar matérias-primas para os países industrializados e de abastecer o mercado internacional com produtos agrícolas. Mas para que seus produtos fossem competitivos no mercado internacional, o custo de sua produção – e, portanto, de sua mão de obra – deveria ser baixo, o que significava manter os trabalhadores brasileiros na pobreza.

No entanto, a partir do século XX, com o surgimento e o desenvolvimento da indústria nacional, o País passou a ter a possibilidade de mudar seu rumo desenvolvendo uma indústria baseada no consumo interno de seus produtos. Essa mudança significava pagar melhores salários ao trabalhador brasileiro para torná-lo capaz de ingressar no mercado consumidor. Isso gerou um dilema para a nação: manter-se subdesenvolvida, mas conectada às demandas econômicas internacionais, ou desenvolver-se de forma independente, rompendo com seu papel no capitalismo global?

Esse dilema da formação nacional e o caráter de subdesenvolvimento que marca nosso País foram temas de debate entre diversos pensadores brasileiros, tais como o historiador Caio Prado Jr. (1907-1990), o sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995) e o economista Celso Furtado (1920-2004).

Cada um desses pensadores tinha pontos de vista diferentes sobre esse dilema, os quais serão resumidamente apresentados aqui. Dessa forma, você poderá entender algumas características que fizeram parte da constituição da sociedade brasileira.

Na visão de Florestan Fernandes, o dilema gerado pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro durante a primeira metade do século XX colocava duas possibilidades históricas para a elite brasileira:

- a **primeira** seria investir na formação de uma nação forte e independente, o que significaria romper com a desigualdade social e com a dependência externa, existentes desde o passado colonial. Para isso, seria necessário fortalecer a burguesia nacional (empresários brasileiros cujos negócios estão vinculados ao território nacional) e integrar o povo por meio do trabalho e do consumo de produtos oferecidos pela burguesia brasileira;
- a **segunda** seria consolidar o **capitalismo dependente**, intensificando a exploração do trabalhador brasileiro para que as empresas estrangeiras pudessem produzir em território brasileiro produtos mais baratos para o mercado internacional.

À primeira vista, parece fácil resolver esse dilema. Afinal, qual seria o interesse em manter o subdesenvolvimento no País? No entanto, a análise de Florestan mostra que os caminhos eram mais complexos. A escolha entre um ou outro destino não dependia da vontade de indivíduos, mas das condições históricas marcadas pela existência do latifúndio desde os tempos coloniais, bem como pela exploração do trabalhador e pelas práticas políticas marcadas pela troca de favores. Foi assim que o País seguiu o rumo do capitalismo dependente.

Capitalismo dependente

Forma de desenvolvimento em que o crescimento econômico de um país se apoia na manutenção da dependência do capital internacional, ou seja, de empresas multinacionais estrangeiras.

VOCÊ SABIA?

O subdesenvolvimento do Brasil e de outros países foi alvo de muitos estudos durante a segunda metade do século XX. Celso Furtado, já mencionado anteriormente, foi um dos intelectuais que se dedicou a combater, na teoria e na prática, esse subdesenvolvimento.

A visão de Furtado sobre o subdesenvolvimento se resume nas seguintes ideias fundamentais:

- O subdesenvolvimento é primitivo para produzir e sofisticado para consumir. O indivíduo que não consegue o que comer e aquele que se serve em um banquete representam as duas faces da mesma moeda. O ponto em comum entre os dois é a concentração de renda.
- Os países subdesenvolvidos nunca “alcançarão” os desenvolvidos; por isso, precisam escrever uma História própria; para tanto, é necessário haver uma descolonização cultural: se os pés estão no Brasil, a cabeça não pode estar em Miami (EUA).

Para Caio Prado Jr., o dilema da formação nacional se coloca nos seguintes termos: para que o capitalismo no Brasil evoluísse em bases nacionais, era necessário fortalecer o mercado interno.

Segundo esse pensador, para que houvesse o fortalecimento do mercado interno, eram necessários a melhoria do padrão de consumo dos trabalhadores e a consolidação da burguesia nacional diante da concorrência internacional.

Para que fosse possível o aumento do padrão de consumo dos trabalhadores, era preciso, entre outras atitudes, promover uma reforma agrária que redistribuísse terras do Estado ou terras improdutivas concentradas nas mãos de grandes fazendeiros para a população rural sem terras e sem trabalho. Dessa maneira, tal reforma criaria, também, oportunidades para que os trabalhadores rurais tivessem condições de subsistência, fosse como pequenos proprietários ou como empregados.

Para Caio Prado Jr., a concentração fundiária constituiu um dos principais obstáculos para a formação de um Estado nacional capaz de combinar capitalismo, democracia e soberania nacional.

Muitos países capitalistas fizeram suas reformas agrárias com esses objetivos. Por que ela, ainda hoje, não aconteceu no Brasil e em outros países da América Latina? Parte da resposta é a constatação de que uma melhora das condições de vida do trabalhador rural refletiria no preço do trabalho nas cidades.

Afinal, o que estava na raiz da migração de milhões de pessoas do campo para as cidades ao longo do século XX era a falta de perspectiva da vida no campo. Esses **migrantes** formaram uma massa de trabalhadores em situação fragilizada que, nas cidades, trabalhavam para sobreviver em condições mínimas.

É possível supor que, se tivesse sido feita uma reforma agrária no País e houvesse boas condições de trabalho no campo, esse movimento migratório se interromperia ou até se inverteria. Caso as mudanças tivessem sido implementadas, uma das saídas que os patrões teriam de adotar para manter os empregados seria, entre outros benefícios, o aumento dos salários.

Portanto, é possível afirmar que uma reforma agrária modificaria o padrão de vida da classe trabalhadora, tanto no campo, quanto nas cidades. No entanto, os privilégios da classe dominante foram assentados na exploração da mão de obra dos trabalhadores brasileiros, pois a reforma agrária não estava entre os interesses da elite.

Privilegiados dificilmente renunciam à sua condição de modo voluntário. Além disso, uma evolução do padrão de vida dos trabalhadores teria consequências políticas.



Outro aspecto do dilema

A outra face do dilema da formação nacional é a relação com o capital internacional. O capitalismo no Brasil desenvolveu-se mais tarde do que na Europa. Enquanto lá ocorria a Revolução Industrial desde o final do século XVIII, aqui, o século XIX ainda estava marcado pela exportação de café produzido por escravos. E quando a indústria brasileira começou a se desenvolver no final do século XIX, formavam-se, na Europa e nos Estados Unidos da América, os grandes **monopólios** do capitalismo mundial.

Diante dessa realidade, a indústria nacional não apresentava condições de competir com empresas que tinham décadas de experiência em desenvolvimento tecnológico e já produziam em escala mundial.

Para desenvolver a indústria nacional, seriam necessárias medidas chamadas “protecionistas”, que protegem o mercado interno, privilegiando a indústria nacional. O aumento de impostos para produtos importados é um dos exemplos de política protecionista adotada por países que não estiveram entre os primeiros a se industrializar, como Alemanha e EUA.

Contudo, a proteção à indústria nacional contrariava os interesses das indústrias multinacionais e dos empresários brasileiros vinculados a elas, pois dificultaria seus negócios nos mercados internacionais, ao mesmo tempo que estimularia a formação de potenciais concorrentes.

É fácil imaginar que empresas privadas estrangeiras, que durante o governo de Juscelino Kubistchek instalaram fábricas no Brasil, não tivessem simpatia pela antiga Fábrica Nacional de Motores (FNM), produtora de carros e caminhões desde sua instalação, ainda no governo Vargas. Por sua vez, uma fábrica brasileira que produzisse ônibus e caminhões certamente precisaria de estímulo e proteção para concorrer com gigantes em atividade desde o início do século.

Em resumo, promover o desenvolvimento do País de modo autônomo e que viesse a fortalecer a nação brasileira significava colocar a riqueza e o trabalho a serviço dos anseios e das necessidades do conjunto da população brasileira.

Porém, isso dependia do rompimento com as estruturas que marcaram a História do Brasil desde os tempos coloniais, quando o trabalho e as riquezas eram explorados segundo interesses alheios aos da população trabalhadora. Para superar o capitalismo dependente, seria necessário enfrentar a desigualdade social e a dependência externa. Como se diz popularmente: “não se faz uma omelete sem quebrar os ovos”.



O governo de JK (1956-1961)

O mineiro Juscelino Kubitschek (JK) foi empossado no governo em 1956, substituindo Café Filho – que assumiu a presidência da República após o suicídio de Vargas. JK gravou suas iniciais na História brasileira como o construtor de Brasília, cidade planejada e erguida em aproximadamente quatro anos e para onde se transferiu a capital brasileira em 1960.



VOCÊ SABIA?

Salvador foi a primeira capital brasileira, permanecendo assim até o século XVIII, quando, em 1763, o governo português transferiu a capital de Salvador para o Rio de Janeiro.

A transferência da capital para o Rio de Janeiro estava ligada à mudança do eixo econômico na época: com a decadência da produção açucareira e o crescimento da mineração, sobretudo em Minas Gerais, o ouro dessa região era escoado pelos portos cariocas.

JK, por sua vez, construiu Brasília no Planalto Central, área até então pouco povoada, e para lá transferiu a capital, em 1960, de forma a manter o governo federal longe do clima de conspiração que estava presente no Rio de Janeiro e também para proporcionar maior ocupação e desenvolvimento na região Centro-Oeste do País.

Brasília foi construída no Planalto Central e trazia o desejo de JK de povoar o centro do País, ao mesmo tempo que o afastava do Rio de Janeiro, onde a instabilidade política e a ação de seus opositores poderia colocar em risco seu governo.

O governo JK também é associado à instalação de muitas fábricas, subsidiárias de empresas multinacionais, em diversos ramos, como o de eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e, especialmente, automóveis.



A imagem mostra os candangos, operários que se deslocaram do Nordeste para a construção de Brasília. Inicialmente, o termo tinha conotação pejorativa, mas, nessa época, foi ressignificado, adquirindo sentido positivo, para indicar pessoas lutadoras, corajosas e dignas.

O governo empenhou-se em atrair investimentos estrangeiros oferecendo incentivos tributários, inclusive para a importação de máquinas e equipamentos, além de criar facilidades para o envio de lucros ao exterior, entre outras medidas. A região do ABC em São Paulo, por exemplo, recebeu diversas indústrias nesse período por causa da proximidade com o porto de Santos.

Como resultado dessa política, o governo investiu intensamente na expansão da indústria de base, na infraestrutura energética e no aumento da malha viária (rodovias) do País.

Novas siderúrgicas (empresas de fabricação de ferro e aço) foram criadas, como a Usiminas, e a capacidade produtiva da Petrobras foi ampliada. A instalação das multinacionais automotivas significou a opção pelo transporte rodoviário em detrimento dos demais.

No conjunto, o investimento estatal garantiu as condições estruturais para os investimentos internacionais. A construção de Brasília, a instalação das fábricas multinacionais e as aplicações de dinheiro público em infraestrutura eram aspectos do chamado Plano de Metas de JK, cujo lema de governo era: “50 anos em 5”.

Esse plano estava sustentado em uma ideologia desenvolvimentista, segundo a qual o crescimento econômico era condição e instrumento para resolver os problemas sociais no País. Entretanto, essa modalidade de desenvolvimento gerou outros problemas econômicos. O endividamento externo brasileiro se multiplicou, uma vez que muitas dessas obras contavam com empréstimos internacionais. As multinacionais, por sua vez, mandavam seus lucros para suas matrizes, fora do Brasil. Houve, também, o aumento da inflação. Várias foram as razões para o aumento da taxa inflacionária: os gastos governamentais imensos com a construção de Brasília, o aumento dos salários dos funcionários públicos, a ampliação do número de empréstimos para o setor privado, entre outros fatores.

No Plano de Metas, constavam a expansão da indústria de base e de usinas hidrelétricas, a construção de estradas, a exploração de petróleo, entre outras ações. Mas enquanto o governo facilitava a entrada de multinacionais, as indústrias brasileiras investiam em setores tradicionais: alimentação, tecelagem, móveis, construção civil, cuja demanda aumentava com o crescimento dos centros urbanos.

É importante ressaltar que a política desenvolvimentista do governo JK intensificou a produção industrial no Brasil, mas não foi capaz de mudar uma realidade: o País não rompeu com a produção, em larga escala, de gêneros da indústria primária, como açúcar, café, algodão e cacau, para o mercado externo.

Algumas características antigas, como os latifúndios dominados pelos proprietários de terra e a miséria dos trabalhadores do campo, não mudaram. Nesse governo, nem se tocou no assunto da reforma agrária.

De uma maneira geral, as ações do governo pouco mudaram a condição da maioria da população, que não tinha condições de consumir os produtos da indústria moderna daquela época. Isso significa que as desigualdades sociais permaneceram.

Para os trabalhadores, o grande problema era a inflação cada vez maior. Entre 1956 e 1959, o preço do arroz triplicou, enquanto o feijão tornou-se oito vezes mais caro. Como o salário não acompanhava esses aumentos, as greves se tornaram mais frequentes, assim como os processos trabalhistas e a repressão da segurança pública. O governo tornou-se cada vez mais impopular e o sucessor apoiado por JK não foi eleito. Nas eleições de 1960, o paulista Jânio Quadros foi eleito com 48% dos votos.

**ASSISTA!****História – Volume 4***Industrialização*

Esse vídeo apresenta o processo da industrialização no Brasil, iniciado em meados do século XX, e relata os acontecimentos dessa época e suas consequências para as transformações econômicas, sociais e políticas do País, durante os governos de Vargas e de Juscelino Kubitschek.

ATIVIDADE**1** **Desenvolvimentismo e consumo**

Com a instalação de multinacionais no Brasil durante o governo JK, a propaganda de eletrodomésticos, automóveis, cosméticos e produtos químicos (produtos de limpeza, tintas e remédios) se intensificou nos diferentes meios de comunicação (rádio, TV e impressos).

De acordo com o que você leu no texto *O governo de JK (1956-1961)*, responda: A maioria da população podia comprar esses produtos? Justifique sua resposta.



DESAFIO

A respeito do governo Juscelino Kubitschek, assinale a alternativa correta.

- O setor agrícola sofreu grande impulso econômico, fixando o trabalhador no campo e detendo o êxodo rural.
- A Operação Panamericana (OPA), proposta por Kubitschek, recebeu na época total apoio dos E.U.A.
- O Fundo Monetário Internacional deu total sustentação ao governo de Kubitschek, sem impor sacrifícios à política econômica desenvolvimentista.
- O extraordinário crescimento econômico do período anulou as diferenças regionais no país e não concentrou a renda.
- A política desenvolvimentista apoiava-se nos investimentos diretos estrangeiros, nos empréstimos externos e nas emissões, tendo o Estado como promotor do crescimento econômico.

Mackenzie, 2001. Disponível em: <<http://www.vestibulandoweb.com.br/historia/mack2001g1.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2014.



O governo de Jânio Quadros (1961)

O paulista Jânio Quadros foi vereador, deputado estadual, prefeito e governador do Estado de São Paulo, além de presidente da República por menos de sete meses. **Político personalista** e **carismático**, sua campanha eleitoral para a presidência baseou-se em um discurso moralista em que denunciava a corrupção nos meios políticos e a desordem financeira. Entre outras coisas, adotou como símbolo uma vasoura, indicando a “limpeza” que pretendia fazer.

Sua vitória foi uma demonstração da insatisfação que predominava entre grande parte dos brasileiros. Para enfrentar a enorme dívida pública e combater a inflação, Jânio adotou um plano **severo**: congelou os salários, restringiu o crédito, cortou gastos públicos e desvalorizou o cruzeiro (a moeda da época). Essas medidas foram aprovadas pelos credores brasileiros, que renegociaram a dívida externa brasileira.

Porém, essas medidas não atenderam aos clamores da população, sobretudo dos trabalhadores, que foram duramente reprimidos ao demonstrarem sua insatisfação. Além de adotar um plano severo para reorganizar a economia brasileira, o governo passou a reprimir os movimentos populares e a ampliar o controle sobre os sindicatos. Também aumentou os impostos sobre os lucros de empresas nacionais e estrangeiras. Com isso, descontentou diferentes segmentos sociais e se viu obrigado a renunciar.



Glossário

Político personalista

Aquele cuja ação política é centrada em sua personalidade, geralmente forte e carismática. No geral, a tendência de governos personalistas é se tornarem autoritários.

Carismático

Pessoa que tem a capacidade de seduzir, agradar as outras.

Severo

O que é feito com rigor, com dureza.

Alguns historiadores dizem que Jânio calculava que haveria resistência à sua renúncia. Talvez ele imaginasse reassumir com maior prestígio, em condições de governar de maneira autoritária. Isso porque Jânio considerava-se importante para os partidos políticos e acreditava que as classes dominantes brasileiras, diante de sua renúncia, pediriam seu retorno, pois não correriam o risco de serem governadas por João Goulart (o seu vice-presidente, conhecido como Jango, que tinha o apoio dos operários).

Jango era visto por muitos como o herdeiro político de Getúlio Vargas, de quem foi ministro. Embora Jânio estivesse certo em pressentir a oposição a Jango, Jânio não se beneficiou disso politicamente. A oposição, liderada pelo jornalista Carlos Lacerda, chamou Jango de comunista. O perigo comunista e a aproximação com a União Soviética eram veementemente combatidos pela elite capitalista brasileira.



O Governo de Jango (1961-1964)

O gaúcho João Goulart (Jango) estava em viagem oficial à China quando o presidente Jânio Quadros renunciou. Houve diversas movimentações para impedir sua posse e um impasse se instalou.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, em reportagem de 29 de agosto de 1961, defendeu uma única “solução moral”: a “desistência espontânea do Sr. João Goulart ou então a reforma da Constituição”.

O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, liderou os que defendiam a posse de Jango e o respeito à Constituição vigente. Ao final, impôs-se uma solução intermediária: Jango tomou posse, apesar da oposição, mas o Congresso substituiu o presidencialismo pelo parlamentarismo no Brasil. A instituição do regime parlamentarista significava a redução dos poderes do então presidente Jango, uma vez que, quem de fato passava a governar o País era o Congresso, com o primeiro-ministro.

Jango herdou os problemas financeiros que Jânio, por sua vez, havia herdado de JK. A estratégia do novo presidente foi elaborada por seu ministro do Planejamento, Celso Furtado (economista cujas ideias foram estudadas no Tema *O dilema da formação nacional*). A proposta era combinar a renegociação da dívida externa com novos empréstimos para manter o crescimento da economia, ao mesmo tempo que se atacaria a inflação.



VOCÊ SABIA?

João Goulart não era do mesmo partido nem da mesma chapa eleitoral de Jânio Quadros.

Naquela época, o voto para vice-presidente era separado do voto para presidente, e Jango foi o candidato a vice-presidente mais votado. Ele também foi o vice-presidente de JK.

No plano social, a sociedade civil (trabalhadores rurais, bancários, estudantes, operários, entidades classistas) estava novamente mobilizada, exigindo mudanças que ficaram conhecidas como “Reformas de Base” – um conjunto de reformas em diversas esferas (agrária, bancária, fiscal, urbana, educacional), orientadas por princípios democráticos e nacionalistas.

Entre as medidas sociais pretendidas, a reforma agrária era considerada a mais importante e, também, a que despertava maiores resistências. Além das dificuldades da própria situação política e econômica do País, o sistema parlamentarista dificultava o deslanche das reformas, pois tudo tinha de passar pelo Congresso Nacional. Mas, em 1963, foi feita uma consulta popular, ou seja, um plebiscito, para saber se o parlamentarismo seria mantido. O povo votou pelo retorno do presidencialismo, apoiando Jango, que a partir desse momento, poderia governar com maior autonomia.

Reformas de Base

Após o retorno do presidencialismo, Jango lançou o programa de reformas durante um grande comício no Rio de Janeiro, no início de 1964, com a presença de aproximadamente 300 mil pessoas. Entre suas propostas, estava o combate ao imperialismo, por meio da nacionalização de refinarias de petróleo privadas. O presidente era favorável à reforma agrária e ao direito de voto aos analfabetos e aos praças do Exército (sargentos, cabos e suboficiais). Suas propostas tinham a intenção de reduzir a desigualdade social, mas seus opositores o acusavam de comunista.

Houve reação imediata nos grandes centros urbanos. Em São Paulo, o empresariado organizou, com apoio de setores conservadores da classe média e da



Movimento mobilizado pelos setores conservadores da sociedade organiza uma marcha na região central de São Paulo (SP), 25 de março de 1964.

pequena burguesia, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, reunindo em torno de 400 mil pessoas, contra as reformas de Jango. Os setores mais conservadores da Igreja Católica também participaram da marcha. Eles acreditavam que um governo comunista não teria motivos para manter um bom relacionamento com a Igreja Católica e seus seguidores.

No contexto da Guerra Fria (Tema do Volume 3), as reformas moderadas propostas pelo governo e a pressão popular que apoiava Jango pareciam uma grande ameaça ao capitalismo. Temia-se, assim, o avanço do comunismo no Brasil, como havia acabado de acontecer com Cuba, em 1959, com a revolução liderada por Fidel Castro.

Também ocorriam as manifestações que eram favoráveis às medidas propostas por Jango. No campo, as chamadas Ligas Camponesas da região de Pernambuco, lideradas pelo deputado pernambucano Francisco Julião, organizavam os trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária. Nessa mesma região, o educador Paulo Freire desenvolvia um método de educação de jovens e adultos, segundo o qual o combate ao analfabetismo era associado a uma proposta de conscientização política. Nas cidades, o movimento sindical articulou inúmeras greves no início dos anos 1960, motivadas não apenas por reivindicações salariais, mas para pressionar pelas Reformas de Base.

Essa agitação popular também se refletia no campo da cultura. A associação entre intelectuais críticos e o movimento estudantil, liderado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), criou, em 1962, o Centro Popular de Cultura (CPC), cuja proposta era realizar uma “arte popular revolucionária”. O clima de originalidade contagiava todas as esferas da cultura: surgiam o Cinema Novo e o Teatro de Arena, ao mesmo tempo que a chamada MPB (música popular brasileira) prosseguia a renovação iniciada pela Bossa Nova nos anos 1950.

Mesmo com as manifestações em favor das Reformas de Base, no dia 1º de abril de 1964, um golpe militar derrubou o presidente João Goulart. Com isso, encerrou-se um governo que permitia, pela primeira vez na História do País, manifestações populares e dos trabalhadores, sem repressão. Barrou-se também o processo de politização do povo brasileiro que estava em curso. Os militares golpistas usaram como justificativa o medo do comunismo e manipulavam os anseios da classe média pela manutenção de sua condição econômica.



© Arquivo/Agência O Globo



© Arquivo/Agência O Globo

Tanques atravessam as ruas do Rio de Janeiro durante o golpe militar de 1964, anunciando o terror e a repressão que a ditadura imporia à população.

ATIVIDADE 2 João Goulart e o parlamentarismo

1 Quais eram os principais problemas enfrentados por João Goulart na presidência?

2 Pesquise o que significa parlamentarismo e o diferencie de presidencialismo.

3 Pesquise o que é plebiscito e em que momentos da História brasileira o governo recorreu a ele e para quê.



HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - Desenvolvimentismo e consumo

Como você pôde observar ao ler o texto, as ações do governo pouco mudaram a condição da maioria da população, que não tinha condições de consumir os produtos da indústria moderna daquela época. Isso significa que as desigualdades sociais permaneceram, em função da inflação, que era cada vez maior.

Desafio

Alternativa correta: e. O governo JK foi marcado pela política desenvolvimentista, que tinha como objetivo modernizar o País rapidamente. Para isso, ele abriu o Brasil ao capital estrangeiro, ao mesmo tempo que continuava agindo de forma intervencionista. O capital estatal financiava a indústria de base.

O desenvolvimento do período incentivou a expansão industrial e o consumo brasileiro, mas as desigualdades sociais se mantiveram. A concentração de renda e o êxodo rural continuavam a existir.

Atividade 2 - João Goulart e o parlamentarismo

1 Baseado no texto, você precisaria ter identificado que os principais problemas enfrentados por João Goulart foram: a dívida externa; a rejeição dos industriais e das elites brasileiras; o desafio de conter a inflação, em contraponto aos desafios de empreender reformas nas diversas esferas (agrária, bancária, fiscal, urbana, educacional), orientadas por princípios democráticos e nacionalistas.

O regime parlamentarista ao qual seu governo estava submetido também foi um elemento que dificultou sua gestão.

2 Sua pesquisa precisaria apontar que, diferentemente do presidencialismo, no sistema parlamentarista quem dirige o poder Executivo não é o presidente, mas sim o primeiro-ministro, que não é eleito diretamente pelo povo. O primeiro-ministro é indicado pelo conjunto de políticos que formam o Parlamento e suas decisões são sempre avaliadas pelos parlamentares. Sendo assim, seu poder de decisão é limitado, de forma que suas ações são restritas.

Nesse sistema parlamentarista, o presidente, tal qual no presidencialismo, é eleito pelo povo, mas ocupa um cargo muito mais simbólico. Isso porque ele é um chefe de Estado, representando a nação em eventos internacionais, mas não é o chefe de governo que dirige o Executivo, sendo esta função exercida pelo primeiro-ministro.

3 Sua pesquisa precisaria ter lhe mostrado que um plebiscito é um mecanismo democrático de consulta popular, antes de uma lei ser promulgada (passar a valer), em que o povo deve votar “sim” ou “não” diante de uma proposta feita pelo governo.

Na História mais recente do Brasil, houve um plebiscito que consultou a população, em 1993, a respeito da forma de governo (presidencialismo, parlamentarismo ou monarquia).

Se tiver dúvidas sobre esse tema, anote-as e procure o professor de plantão no CEEJA onde você estuda.



Neste Tema, você vai estudar a ditadura militar implantada no Brasil a partir de 1964. Você poderá compreender como esse período da História recente contribuiu para a formação do cenário sociocultural, político e econômico do País atual.

 O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Você estudou, no Tema anterior, que o golpe militar foi uma das justificativas adotadas pelos setores conservadores e dominantes da sociedade brasileira da época para solucionar supostos problemas do Brasil.

Quais problemas do País seriam solucionados pelo regime militar?

Observando o País em que você vive hoje, você conclui que esses problemas foram solucionados?

Lined area for student response.





As características da ditadura

Durante mais de 20 anos, o Brasil viveu sob uma ditadura comandada pelos militares e apoiada por diferentes setores da sociedade civil. Durante esse período, não houve liberdade de expressão, organização ou comunicação. A imprensa foi censurada, assim como qualquer manifestação cultural que criticasse o regime. Qualquer crítica ao governo era julgada revolucionária ou subversiva e, portanto, proibida pelos militares. Na política, aqueles que expressassem publicamente seu desacordo estavam sujeitos à prisão e à tortura, que em muitos casos levaram à morte, e também à execução sumária. Qualquer oposição ao regime era considerada fora da lei, embora a própria ditadura fosse ilegítima.

Os métodos violentos que a ditadura empregou para se impor foram respaldados por uma Constituição promulgada em 1967 pelo Congresso, que havia sido fechado pelos militares em outubro de 1966 e reconvocato para se reunir extraordinariamente a fim de aprovar a carta constitucional.

Os militares não governaram sozinhos. Seus apoiadores constituíram a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido do qual participaram muitos dos representantes dos segmentos dominantes de sempre: oligarquias agrárias, empresários de multinacionais, intelectuais receosos do comunismo etc.

Para compor a cena política, os militares permitiram a formação de um partido de oposição moderada (o Movimento Democrático Brasileiro – MDB), que atuava com a Arena (partido da situação). Tais partidos aceitavam os presidentes, mas somente aqueles previamente escolhidos pelos militares.



VOCÊ SABIA?

O golpe militar foi chamado de revolução por seus articuladores.

Na perspectiva de confundir o povo e a imprensa, os golpistas não podiam chamar essa medida de “golpe”, pois daria um tom de ilegalidade ao acontecimento (o que poderia gerar descontentamento popular). Então, em vez disso, os golpistas da ditadura o chamaram de revolução para parecer que estavam “inovando” ou “mudando” de forma radical e armada (revolucionária) uma situação de descontentamento expressa pela sociedade em geral.

O golpe de 1964 não pode ser considerado uma revolução, pois com ele não houve nenhuma ruptura na hierarquia social e política do País. O golpe militar garantiu a permanência dos interesses capitalistas e impediu o avanço das reformas sociais no Brasil. No poder, permanecia a elite capitalista representada, então, pelos militares.

Os chefes de Estado durante a ditadura foram:

- Humberto Castello Branco (1964-1967);
- Arthur da Costa e Silva (1967-1969);
- Emílio Garrastazu Médici (1969-1974);
- Ernesto Geisel (1974-1979);
- João Baptista Figueiredo (1979-1985).

Do ponto de vista da intensidade da repressão, a ditadura pode ser dividida em três momentos:

- O fortalecimento da ditadura entre 1964 e 1968. Nesse período, as liberdades políticas foram restringidas; centenas de funcionários públicos, professores e juízes foram demitidos ou aposentados compulsoriamente; e deputados considerados críticos à ditadura foram cassados, por meio de uma sucessão de atos institucionais – um conjunto de decretos que criava normas e determinava as decisões políticas dos militares.
- O auge da repressão se deu a partir do final de 1968, quando o Ato Institucional nº 5 (AI-5) suspendeu todos os direitos previstos da Constituição. Nesse período, aumentou muito o número de pessoas perseguidas, torturadas e assassinadas pelo governo militar, pelo simples fato de terem ideias que questionavam esse governo. O progressivo endurecimento da ditadura levou diversos grupos de oposição a optar pela luta armada contra o regime.
- O processo de redemocratização política, qualificado pelo regime como uma abertura “lenta, gradual e segura”. Iniciado sob o governo de Ernesto Geisel, esse processo, seguindo as orientações do presidente, oscilou entre a abertura e o fechamento político. Foi em seu governo que o movimento operário ressurgiu, no ano de 1977. Antes de terminar seu mandato, Geisel preparou a abertura, acabando com a censura prévia e pondo fim às cassações ocasionadas pelo AI-5. Além disso, ficou estabelecido que nenhum presidente da República poderia fechar o Congresso. Mas, por outro lado, o próprio Geisel agia de forma repressiva, como quando decretou o “pacote de abril”, em 1977, que impôs o recesso do Congresso para que o governo pudesse aprovar um conjunto de medidas que recuavam na abertura política.

O processo de redemocratização do País avançou no governo do general Figueiredo. Declarada a anistia geral, os opositores do regime militar que foram cassados, exilados e presos puderam voltar às suas atividades legais. Políticos e artistas retornaram do exílio e novos partidos políticos foram criados. Esse processo culminou na campanha Diretas Já, em 1984, que reivindicava o direito do povo ao voto direto para presidente da República.

b) Segundo o texto, a morte de Marighella foi noticiada ao público em meio a uma partida de futebol. Em sua opinião: O que explica esse anúncio excepcional?

2 Faça uma pesquisa na internet, em livros, revistas ou jornais sobre a atuação dos grupos guerrilheiros no Brasil no período ditatorial brasileiro.

Consultando sua pesquisa, responda às questões a seguir.

a) Em sua opinião, os guerrilheiros devem ser considerados terroristas?

b) E o Estado, que praticava a tortura e o assassinato a quem se posicionava e lutava contra a ditadura, também poderia ser considerado terrorista?



FICA A DICA!

Assista ao filme *Batismo de sangue* (direção de Helvécio Ratton, 2007), baseado no livro de mesmo título, de Frei Betto. Ele conta a história de quatro frades dominicanos que passam a lutar contra a ditadura, até mesmo apoiando o grupo de guerrilheiros da Ação Libertadora Nacional (ALN), comandada por Carlos Marighella. Nele, você poderá ver as práticas de tortura realizadas pela polícia na época.

Outra sugestão é o filme *Lamarca* (direção de Sérgio Rezende, 1994), baseado no livro *Lamarca, o capitão da guerrilha*, de José Emiliano e Miranda Oldack. Ele mostra a história do ex-capitão do exército brasileiro Carlos Lamarca e de suas lembranças da trajetória que o levou a se rebelar contra a ditadura, tornando-se líder de um grupo de guerrilheiros.



O envolvimento dos civis na ditadura

Embora a ditadura fosse chefiada por militares, é um equívoco pensar que eles agiram sem qualquer tipo de apoio. Ao contrário, o golpe teve o apoio das camadas conservadoras da sociedade brasileira, incluindo a maior parte da classe dominante, no campo e na cidade, e uma parte expressiva da classe média.

Existem documentos que comprovam o envolvimento da iniciativa privada com a ditadura, até mesmo no financiamento de operações clandestinas de repressão e tortura praticadas pelo Estado brasileiro.

O governo contou inclusive com o apoio diplomático dos EUA, país que, aliás, enviou agentes para treinar policiais e militares em práticas de tortura. O apoio dos EUA à ditadura, com treinamento militar e até com dinheiro, deve-se ao fato de esse país temer que a esquerda brasileira tomasse o poder e seguisse o exemplo cubano rumo ao socialismo, perdendo assim sua hegemonia sobre o Brasil para a URSS.

Considerando o intenso envolvimento de civis com o regime, é possível descrevê-lo como ditadura, e não especificamente como ditadura militar.

ATIVIDADE

2

Apoio civil ao golpe

1 Leia, com atenção, o texto a seguir, publicado no jornal *O Globo* no contexto do golpe de 1964, e responda às questões.

O Globo | EDITORIAL

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964

Ressurge a Democracia!

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem.

Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que, obedientes a seus chefes, demonstraram a falta de visões que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do

Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.

Como dizíamos no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada. [...]

O Globo.



a) Qual é a visão que o jornal expressou em relação ao golpe de 1º de abril de 1964?

b) Por que os jornais mais importantes do País apoiaram a ditadura, até mesmo chamando-a de “democracia”, como você viu no artigo citado? De quem eram esses jornais e a quais interesses serviam?

2 Apesar de a imprensa ser livre para noticiar o que quiser, você considera que, nos dias de hoje, ela nos apresenta as diferentes versões sobre os fatos ou está comprometida com determinados interesses políticos, econômicos e ideológicos, dando-lhes privilégios? Por quê?



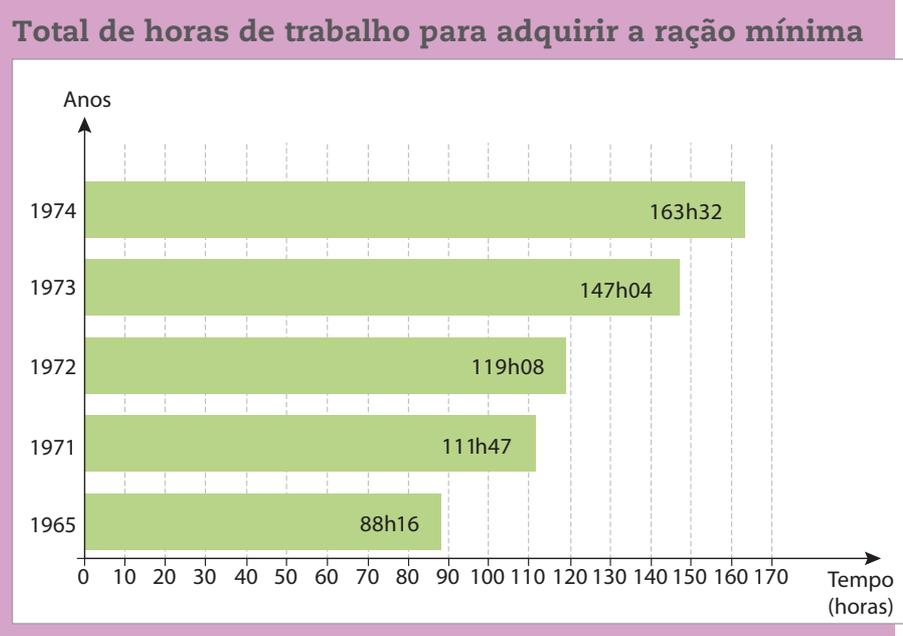


Ditadura e capitalismo

A ditadura no Brasil estava relacionada à manutenção dos interesses dos capitalistas brasileiros. Os setores capitalistas estavam preocupados com as forças sociais que não concordavam com o encaminhamento socioeconômico do País e que se opunham ao:

- arrocho salarial (quando os salários não acompanham a inflação) e à intensificação da exploração do trabalho;
- crescimento industrial baseado no investimento multinacional e no endividamento externo, que teve como contrapartida a desnacionalização da economia brasileira e o agravamento da dependência externa.

Os efeitos socioeconômicos da ditadura podem ser visualizados com a análise do gráfico a seguir e das tabelas da próxima página.



Fonte: KOWARICK, Lucio; CAMPANÁRIO, Milton. São Paulo, Metrópole do Subdesenvolvimento Industrializado. *Novos Estudos Cebrap*, out. 1985, p. 70. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/47/20080623_sao_paulo_metropole.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2014.

Segundo o gráfico, enquanto em dezembro de 1965 era necessário trabalhar 88 horas e 16 minutos para adquirir a **ração essencial mínima**, em 1974 era necessário trabalhar 163 horas e 32 minutos para comprar a mesma quantidade de alimentos. Isso indica que houve arrocho salarial e que a exploração dos trabalhadores brasileiros aumentou.



Ração essencial mínima

Lista de alimentos considerados necessários ao sustento de um trabalhador adulto por um mês. Ela foi fixada durante a ditadura Vargas, em 1938. Depois da Constituição de 1988, a lei que trata do salário mínimo prevê que a cesta básica deve representar aproximadamente 48% das despesas desse salário.

Já a tabela *Participação das empresas na economia* indica uma diminuição na participação econômica das empresas nacionais em relação às empresas estrangeiras no Brasil. O aumento da participação das empresas estatais está ligado à sua atuação nos setores básicos e de infraestrutura, que servem de suporte à expansão dos negócios internacionais no País.

Participação das empresas na economia		
Ano	1968	1973
Empresas estatais	27,00%	32,01%
Empresas estrangeiras	36,04%	41,05%
Empresas nacionais	36,05%	26,04%

Fonte: Dados citados por Luciano Coutinho, em conferência sobre as perspectivas atuais da economia brasileira, Porto Alegre, 1974. Apud: ALENCAR, Francisco; CARPI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venício. *História da sociedade brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985, p. 321.

Isso ajuda a explicar as contradições da ditadura: enquanto fazia um discurso nacional **ufanista**, incentivava a internacionalização da economia. Algumas dessas medidas adotadas concentravam a riqueza e empobreciam a população.



Ufanista

No Brasil, utiliza-se o termo “ufanista” para se referir à propaganda que os militares faziam da ditadura e do próprio Brasil. São exemplos desse ufanismo *slogans* como “Ninguém segura este País”; “Brasil: ame-o ou deixe-o”; e a música “Pra frente Brasil”, composta para a copa do mundo de futebol de 1970.

Por fim, a tabela *Comparação da distribuição da renda no Brasil – 1960, 1970 e 1976* indica um aumento na concentração de renda no País: enquanto os ricos enriqueceram ainda mais, a camada popular empobreceu.

Comparação da distribuição da renda no Brasil – 1960, 1970 e 1976			
População economicamente ativa (porcentagem)	Participação de renda		
	1960	1970	1976
50% mais pobres	17,71%	14,91%	11,80%
30% seguintes	27,92%	22,85%	21,20%
15% seguintes	26,66%	27,38%	28,00%
5% mais ricos	27,69%	34,86%	39,00%

Fontes: Para os anos 1960 e 1970: LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. Dados referentes aos Censos Demográficos de 1960 e 1970. Para o ano de 1976: calculados com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio realizada pelo IBGE em 1976. Apud: ALENCAR, Francisco; et al. *História da sociedade brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985, p. 319.

Essa má distribuição de renda significou que, apesar do acelerado crescimento da economia brasileira, especialmente nos primeiros anos da década de 1970 (conhecidos como época do “milagre brasileiro”), a riqueza não beneficiou a todos.



O ministro da Fazenda na ocasião, Antônio Delfim Netto, resumiu a política econômica do regime em uma receita: “aumentar o bolo para depois dividir”. Os dados da época mostram que o bolo cresceu, mas não foi dividido.



Uma síntese da ditadura

A repressão desencadeada pela ditadura desarticulou as forças sociais que pressionavam por uma democratização da sociedade brasileira. Como resultado, as políticas do regime ditatorial aprofundaram a exploração dos trabalhadores e a dependência externa, promovendo um crescimento econômico baseado na associação com o capital estrangeiro. Enquanto houve uma conjuntura mundial favorável ao investimento externo, o Brasil cresceu aceleradamente, ao mesmo tempo que as desigualdades sociais se agravaram, com a crescente concentração da renda nacional.

Na avaliação de alguns historiadores, os problemas políticos que isolaram Getúlio Vargas e o golpe militar de 1964 foram iniciados por setores mais conservadores da sociedade que se opunham às políticas nacionalistas comandadas por Vargas e por João Goulart, em 1961.

A partir do governo de Juscelino Kubitschek, acelerou-se a entrada de indústrias estrangeiras no Brasil, o que afetou gravemente o processo de constituição da indústria nacional.

Na opinião do sociólogo Florestan Fernandes, a ditadura significou a vitória do setor das classes dominantes brasileiras que, temerosas das consequências dos movimentos populares, apoiaram uma aliança com o capital internacional como alternativa segura para garantir seus privilégios.

Houve uma modernização na industrialização brasileira, mas as indústrias se desnacionalizaram, uma vez que a maior parte do lucro produzido pelas indústrias estrangeiras (multinacionais) era enviada, em geral, para suas matrizes, em seus países de origem.

A entrada intensiva do capital internacional no Brasil foi facilitada pela expansão dos investimentos das empresas multinacionais no mundo depois da 2ª Guerra Mundial. A consequência desse processo foi o incentivo ao crescimento econômico que não acompanhou, do mesmo jeito, a integração econômica e social da maior parte da população.



Durante o período ditatorial, a economia brasileira cresceu, particularmente nos anos 1970, mas esse crescimento agravou as desigualdades sociais em vez de reduzi-las. Isso ocorreu, entre outros motivos, porque baixos salários e recursos naturais baratos são fatores de atração para as multinacionais, itens que o Estado brasileiro ditatorial tratou de garantir.

Assim, apesar da modernização industrial, o que permaneceu no Brasil foi uma estrutura econômica na qual a exploração da mão de obra dos trabalhadores predominava e a devastação dos recursos naturais era comum. Outra consequência da abertura do mercado nacional para o investidor externo foi a associação entre dependência externa e desigualdade social, presente até os dias atuais.

Quando o cenário internacional, no final dos anos 1970, se modificou, a economia brasileira tornou-se refém da dívida externa e da inflação. Ao mesmo tempo, os movimentos operário, estudantil e sindical fortaleceram suas lutas, antes reprimidas com perseguições. Com o ressurgimento do movimento operário, em 1977, cresceram também as lutas sindicais no ABCD paulista, região na qual surgiram lideranças sindicais que influenciaram no processo de redemocratização do País. Despontou nesse contexto a liderança de Luís Inácio Lula da Silva, que mais tarde se tornaria presidente da República (2003-2011).

FICA A DICA!

O filme *Eles não usam black-tie* (direção de Leon Hirszman, 1981) expõe os problemas vivenciados entre pai e filho, ambos operários e com diferentes posições ideológicas, em um contexto de greves e lutas dos trabalhadores nos anos 1980.

As Diretas Já e o retorno da democracia

Nos últimos anos da década de 1970 e começo da década de 1980, as manifestações populares se intensificaram desencadeando, em 1983, a campanha por eleições diretas para presidente, conhecida como **Diretas Já**.

Apesar do grande envolvimento popular na campanha das Diretas Já, a ditadura foi encerrada por meio de uma transição negociada em 1985. Dessa maneira, prejudicou-se a implementação de um sistema de governo que poderia ter sido a expressão da democracia, da vontade da maioria das pessoas.

Em 1985, Tancredo Neves foi eleito presidente da República, por meio do voto indireto de um colégio eleitoral composto por políticos de várias tendências ideológicas. No entanto, o novo presidente morreu antes de tomar posse e quem assumiu foi seu vice, um homem cuja carreira política estava ligada à ditadura:



o maranhense José Sarney, que pertencera ao partido político da Arena. Uma nova Constituição foi redigida em 1988 e, somente no ano seguinte, houve eleições diretas para a presidência da República.

A disputa presidencial que se deu com o retorno da democracia trouxe novamente para a nação a possibilidade de escolha entre os dois projetos que marcaram o dilema nacional: a manutenção do subdesenvolvimento atrelado à dependência do capital internacional ou o desenvolvimento independente. De um lado, estava Fernando Collor de Mello (PRN), representando o primeiro projeto, ao propor a abertura da economia às empresas estrangeiras e a manutenção do País como nação agroexportadora. Do outro lado, estava Lula (PT), propondo o segundo projeto: desenvolvimento da indústria nacional, inserção do trabalhador como consumidor e rompimento com a dependência externa. Nas eleições, em 1989, venceu Collor.

Collor tomou uma série de medidas para combater a inflação, preparando a economia nacional para o investimento estrangeiro, entre elas: a criação de uma nova moeda e o confisco de poupanças da população. Essa segunda medida, associada às denúncias de corrupção, fizeram o presidente perder apoio popular, assistir a uma série de protestos contra seu governo (como a dos “caras pintadas”) e, por fim, sofrer um *impeachment*, isto é, um processo de cassação do mandato presidencial.

Quem assumiu em seu lugar foi o vice-presidente, Itamar Franco, que, com o Plano Real, estabilizou a moeda e a economia. Na sequência, foi eleito Fernando Henrique Cardoso (FHC), do PSDB, após ter disputado com Lula as eleições presidenciais de 1994. Na perspectiva do dilema nacional, FHC, que foi reeleito em 1998, manteve a economia estável, mas ainda dependente do capital internacional.

Com as eleições de 2002, que conduziram Lula à presidência, retomou-se o projeto, iniciado por Vargas, de levar o Brasil rumo ao desenvolvimento do capitalismo nacional, inserindo a grande massa dos trabalhadores brasileiros no mercado consumidor e flexibilizando a dependência externa em relação às potências capitalistas tradicionais, como EUA e Europa, ao estabelecer novos acordos comerciais com países que se tornaram potências econômicas emergentes, principalmente a China.





Durante a ditadura, os direitos e as liberdades fundamentais dos cidadãos brasileiros foram atacados pelos militares e deixaram de existir. A antiga Constituição foi alterada por uma série de atos institucionais e não servia mais para reger uma sociedade democrática. Foi assim que, logo após a redemocratização do Brasil, fez-se necessário redigir uma nova Constituição que expressasse os valores democráticos e os novos anseios da população brasileira.

Em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, que até hoje orienta e regula a vida civil, política, econômica e social dos cidadãos brasileiros. Diversos setores da sociedade estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, na elaboração dessa nova Carta Magna: políticos, membros da sociedade civil organizada, movimentos sociais e defensores dos interesses do empresariado e dos trabalhadores. Desse modo, seus princípios, tal qual na Declaração Universal dos Direitos Humanos, contemplam tanto a influência do pensamento liberal como dos movimentos trabalhistas e social-democratas, expressos em seu artigo primeiro, tal como segue:

[...] Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

BRASIL. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 mar. 2014.

A Constituição de 1988, ou “Constituição Cidadã”, como ficou conhecida, também deixa claros os objetivos que a nação redemocratizada pretendia alcançar:



[...] Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II – garantir o desenvolvimento nacional;
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. [...]

Fonte: BRASIL. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 mar. 2014.

A Constituição de 1988 também qualificou a tortura e as ações armadas contra o Estado democrático e a ordem constitucional como crimes inafiançáveis, ou seja, aqueles que não admitem o livramento por pagamento de fiança. Com isso, seus artigos expressam a vontade da sociedade brasileira, à época, de romper com tudo o que significou a ditadura. E aí está a sua importância para a consolidação da democracia no Brasil.

ATIVIDADE**3****O desenvolvimento da economia brasileira**

Com base no que você estudou do texto, assinale “V” para verdadeiro e “F” para falso.

- a) O desenvolvimento econômico era um assunto que estava no centro das preocupações dos militares durante a ditadura.
- b) O Brasil passou por um grande progresso na indústria de base e no setor de transportes rodoviários.
- c) A economia brasileira se desenvolveu muito, de modo que se tornou independente da tecnologia dos países estrangeiros.
- d) As desigualdades sociais diminuíram drasticamente com a implementação do regime militar.



Depois do *impeachment* de Fernando Collor de Melo, em 1992, os três presidentes eleitos, na sequência, tinham em comum o fato de terem participado da oposição à ditadura militar:

- Fernando Henrique Cardoso foi um professor universitário que optou por viver fora do País durante a ditadura, até candidatar-se ao senado pelo MDB em 1978 e à presidência da República pelo PSDB;



- Luiz Inácio Lula da Silva foi líder sindical em São Bernardo do Campo (região do ABCD paulista), em um contexto de intensa mobilização operária no final dos anos 1970. Tornou-se um dos fundadores do PT e candidato à presidência da República pelo mesmo partido;
- Dilma Rousseff participou de organizações vinculadas à luta armada durante a ditadura e foi prisioneira política entre 1970 e 1972, eleita presidente pelo PT.

No plano político, o Brasil, governado por esses presidentes, é diferente daquele da época da ditadura, que censurava e perseguia seus opositores. E do ponto de vista da desigualdade social e da dependência externa, houve mudanças significativas? Quais são elas?

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - Guerrilheiros ou terroristas?

1 Respostas:

a) Em sua pesquisa, você possivelmente encontrou que Carlos Marighella foi um militante do Partido Comunista Brasileiro, com o qual rompeu para criar a Ação Libertadora Nacional (ALN), grupo guerrilheiro que combatia a ditadura militar. Então, apesar de a publicação do jornal *O Globo* caracterizar Marighella como um terrorista, na realidade, ele era um guerrilheiro. O modo de caracterizá-lo como terrorista fazia parte da imagem propagada pela mídia a serviço da ditadura. Por sua oposição ao governo, ele foi morto em uma emboscada da polícia.

b) Você poderia dar muitas respostas. Por exemplo, poderia argumentar que essa era uma forma de “distrair” a população quanto à repressão, à tortura e ao assassinato de muitas pessoas que lutaram contra as injustiças da ditadura. Poderia dizer também que se tratou de uma demonstração de força, pois Marighella era um opositor reconhecido e sua morte intimidaria outros opositores e a própria população.

2 Respostas:

a) A resposta é pessoal, mas, com base na leitura do texto e na pesquisa realizada, você poderia argumentar que os guerrilheiros não eram terroristas. Foram pessoas que, diante do autoritarismo e da violência do governo ditador, escolheram a via armada de luta contra esse governo.

b) Para alguns analistas, o Estado poderia ser considerado terrorista já que cometeu tantos crimes contra a vida e os direitos das pessoas. Até hoje, a sociedade civil organizada busca responsabilizar os líderes do regime militar pelo desaparecimento de milhares de brasileiros que lutaram contra o autoritarismo do governo.

Atividade 2 - Apoio civil ao golpe

1 Respostas:

a) Tendo lido o trecho da notícia, você precisaria ter respondido que o jornal em questão defendia o golpe de 1964, afirmando que ele era necessário, diante de um governo “irresponsável”.

b) Com base nos seus estudos, você poderia ter respondido que esses meios de comunicação representavam os interesses das elites brasileiras que, na ocasião, sentiam-se ameaçadas pelas Reformas de Base propostas por Goulart e, portanto, apoiaram a ditadura para manter seu poder econômico.

